



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ISAIR LAURENTINA DE PAULA SUEIRO

**OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS
DE ITAPETININGA E PIRACICABA - SÃO PAULO**

ITAPETININGA – SÃO PAULO

DEZEMBRO – 2015

ISAIR LAURENTINA DE PAULA SUEIRO

**OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS
DE ITAPETININGA E PIRACIBA- SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Departamento
de Geografia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo
Sobrinho.

ITAPETININGA – SÃO PAULO

DEZEMBRO – 2015

ISAIR LAURENTINA DE PAULA

**OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE NOS MUNICÍPIOS
DE ITAPETININGA E PIRACICABA - SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Departamento
de Geografia da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título
de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo
Sobrinho.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Orientador)
Departamento de Geografia – UnB

Prof. Dra. Marília Peluso (Membro Interno)
Departamento de Geografia – UnB

ITAPETININGA – SÃO PAULO

DEZEMBRO – 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade de cursar e concluir meu primeiro curso de nível superior. Aos meus pais (Francisco e Neusa), irmãos (Daniel, André, Marcos e Dário), cunhadas (Cíntia, Cristiane e Andréia) e meus sobrinhos e sobrinhas pelo apoio. Ao meu esposo Marco Antonio que acredita em mim e me inspira com palavras e atos firmes e amorosos e a minha princesa Larissa. Ao meu sogro e sogra (Darci e Sebastiana) pelas palavras de ânimo e coragem. Aos meus pastores (Dieivan e Sandra, Clodoaldo, José Luiz e Tereza, Daniel e Clarisse) pelas orações e conselhos. Às minhas chefes/amigas (Eliana e Solange) e aos meus amigos de trabalho (Alex, Marcelo, Maria Luiza, Nilsa, Rosana, Talita, Wanderley) pela compreensão, paciência e apoio.

Agradeço ao meu professor preferido Fernando Luiz Araújo Sobrinho que por um presente divino foi meu orientador nesta monografia. A todos os professores e tutores que são a causa efetiva de alcançarmos os objetivos das disciplinas em especial à professora Claudia Lins e a tutora Telma Riggio (inesquecíveis). Ao professor Marcelo dos Santos Silvério integrante do Grupo de Espeleologia Laje Seca pelas fotos do Parque Municipal São Francisco de Assis e demais informações. Ao meu mestre e amigo professor Marcelo Martim Rodrigues da Silva pela amizade, apoio, informações, livros emprestados e horas dispensadas para me ajudar.

A todos os amigos que durante o curso tive o privilégio de conhecer.



A vida é uma peça de teatro
que não permite ensaios.
Por isso, cante, chore, dance,
ria e viva intensamente,
antes que a cortina se feche
e a peça termine sem aplausos.
Charles Chaplin

RESUMO

Através da leitura de textos referentes à dinâmica de organização do espaço geográfico dos Municípios de Itapetininga e Piracicaba, ambos no Estado de São Paulo o trabalho foi elaborado a fim de contribuir na análise da influência das ações de urbanização e conservação do meio ambiente. Foram utilizados livros históricos e sites de organizações governamentais e afins dos municípios citados e outros. Nota-se que apesar de apresentarem áreas territoriais e data de fundação parecidas apresentam características de organização territorial e desenvolvimento socioeconômico diferentes. Verifica-se a importância das áreas verdes para a qualidade de vida da população e o quanto as mesmas são influenciadas pelas decisões tomadas quanto à ocupação e utilização do espaço.

Palavra-chave: Áreas verdes, planejamento urbano.

RESUME

Through reading texts referring to the dynamic organization of the geographical territory of the municipalities of Itapetininga and Piracicaba, both in São Paulo the study was conducted in order to contribute to the analysis of the influence of urbanization activities and environmental conservation. Historical books and government organizations and related sites of the mentioned municipalities and others were used. To note that despite having territorial areas and similar foundation date have territorial organization characteristics and different socio-economic development. There is the importance of green areas for the quality of life of the population and how they are influenced by decisions taken on the occupation and use of space.

Keyword: Green areas, urban planning.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Dados dos Municípios de Itapetininga e Piracicaba.....	16
Gráfico 02: Evolução no número de habitantes do município de Itapetininga.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figuras 01 a 03: Rota dos Tropeiros-boiadeiros.....	24
Figura 04: Infestação de Bambus no Parque São Francisco de Assis.....	63
Figura 05: Lago no Parque São Francisco de Assis.....	68
Figura 06: Lagoa Regina Freire.....	71
Figura 07: Horto Religioso (Vila Aparecida).....	73
Figuras 08 a 11: Marginal do Chá.....	74
Figura 12: Vista aérea do Engenho Central, às margens do Rio Piracicaba.....	83
Figura 13: Vista aérea do Parque e da Rua do Porto. Ao fundo, área central...	83
Figura 14: Vista aérea de Piracicaba. Em primeiro plano a Chácara Nazareth, uma das mais antigas edificações da cidade. Ao fundo, o centro da cidade.....	84
Figura 15: Salto do Rio Piracicaba. Ao fundo, Passarela Pênsil e Restaurante Mirante.....	84

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Itapetininga (A) e Piracicaba (B).....	17
Mapa 02: Localização Parque Ecológico São Francisco em Itapetininga, São Paulo	19
Mapa 03: Mapa das regiões administrativas do Estado de São Paulo.....	49
Mapa 04: Sistema de transportes do Estado de São Paulo.....	50
Mapa 05: Evolução na paisagem urbana do Município.....	54

SUMÁRIO

Introdução	13
CAPÍTULO 1: PROJETO DE PESQUISA	15
1.1. Tema e objeto de Pesquisa	15
1.2. Problematização	17
1.3. Objetivos	20
1.3.1. Objetivo Geral.....	20
1.3.2. Objetivos Específicos	20
1.4. Justificativas	21
1.5. Pesquisa Exploratória	22
1.6. Referencial Teórico	22
1.6.1. Cidade	40
1.6.2. Cidadão	41
1.6.3. Cidadania	41
1.6.4. Urbanização	42
1.6.5. Paisagem	43
1.6.6. Economia	43
1.6.7. Educação Ambiental	44
1.6.8. Qualidade de Vida	45
1.7. Pesquisa Exploratória	46
1.8. Esboço da Metodologia de Pesquisa	47
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA	48
2.1. Crescimento populacional do Município	48
2.2. Qualidade de vida e meio ambiente	56
CAPÍTULO 3: ITAPETININGA E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	62
3.1. Projetos envolvendo a conservação do meio ambiente	62
3.1.1 Projeto Mato Seco	65
3.1.2 Projeto Temático Lagoas de Itapetininga	69

3.1.3 Educação ambiental	71
3.1.4 Viveiro Municipal	72
3.1.5 Quarta Ecológica	73
3.1.6 Arborização	72
3.1.7. Formas de utilização das áreas verdes	73
3.3 Piracicaba e sua relação com o meio ambiente	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ENDEREÇOS ELETRÔNICOS	96

INTRODUÇÃO:

Este trabalho se configura como uma pesquisa que discutirá a importância de o homem harmonizar a urbanização e a preservação da natureza, tendo como recorte territorial o Município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Para tanto, tratará de processos de urbanização por meio, inicialmente, de uma releitura dos momentos históricos enfrentados pelos municípios de Itapetininga e Piracicaba no Estado de São Paulo, em especial do município de Itapetininga, foco deste trabalho, fazendo, em alguns momentos, uma comparação entre os referidos municípios de Piracicaba e Itapetininga, dado que os dois municípios apresentam datas e formas de fundação e áreas de extensão territorial muito próximos com, ao mesmo tempo, níveis de desenvolvimento bem diferentes, fatos estes que propiciaram a discussão que se segue.

Essa comparação serve como base à discussão sobre a necessidade de incitar na população a responsabilidade de convivência com os espaços naturais e áreas de preservação, partindo também do questionamento quanto qual a importância da existência e preservação de áreas verdes para a vida das pessoas nas cidades.

Arrazoa-se, em prosseguimento, sobre projetos governamentais que incentivam a criação e manutenção de áreas verdes, citando textos que dirimam as dúvidas acerca da importância das áreas verdes e afins para a saúde da população; colocando-se razões para que se previnam problemas graves nas áreas físicas e psicológicas humanas; lembrando que a preservação da natureza favorece às atuais questões ética/bio-eco-ética e estética das cidades.

Partindo, também, da análise dos principais conceitos envolvendo o processo de desenvolvimento, urbanização e industrialização das cidades, discorre-se sobre maneiras de aliar o crescimento e desenvolvimento urbano com o menor índice possível de prejuízo para o meio ambiente. Verificaram-se, assim, também questões relacionadas ao planejamento detalhado das áreas a serem utilizadas e a indicação da melhor forma de utilização das mesmas.

Assim, utilizando a cidade de Itapetininga-SP como foco de estudo, desde sua origem como pouso de tropeiros até os tempos atuais quando rapidamente a paisagem se vê transformada com a mudança do uso do solo anteriormente ocupado por áreas verdes e/ou pecuária.

No primeiro Capítulo, discorre-se sobre os conceitos a serem utilizados durante a pesquisa, sobre a metodologia de pesquisa e origem do município de Itapetininga e cidades próximas, bem como sobre a origem e o desenvolvimento de Piracicaba.

O segundo Capítulo trata da caracterização do Município de Itapetininga, crescimento populacional e importância das áreas verdes para a qualidade de vida da população.

O terceiro Capítulo aborda a relação da população dos municípios de Itapetininga e Piracicaba com o meio ambiente citando projetos voltados para a conservação do mesmo.

CAPÍTULO 1: PROJETO DE PESQUISA

1.1. Tema e objeto de pesquisa

Retomando que esta pesquisa discutirá a importância de o homem harmonizar a urbanização e a preservação da natureza, tendo como recorte territorial o Município de Itapetininga, Estado de São Paulo, os questionamentos que iniciam esta discussão versam sobre quatro questões, a saber: qual o impacto da retirada irresponsável da vegetação em nome do crescimento de uma cidade? É possível o convívio harmonioso entre homem e natureza? Como incitar nas pessoas o interesse pelo convívio respeitoso com o meio ambiente? Qual a possibilidade do desenvolvimento sustentável?

Esse questionamento cotejou Itapetininga, Estado de São Paulo, com Piracicaba, também Estado de São Paulo, e, para tanto, usou a distinção entre Município e Cidade, tomando-se por cidade a comunhão de Zona Urbana e Zonas Suburbanas imediata à urbana, e como município a soma das zonas urbana e suburbana com a Zona Rural.

A escolha recaiu sobre Itapetininga-SP dada a disponibilidade de dados para a autora, e sobre o Município de Piracicaba, também Estado de São Paulo, em virtude de este município ter idade cronológica, extensão territorial e distância da capital estadual paralelos, como se verá, aos de Itapetininga, ao mesmo tempo que Piracicaba, apesar de todo paralelismo inicial (e, como a extensão territorial, algum que ainda se mantenha), hoje conta com uma população de cerca de 388 mil habitantes e chame a atenção pela grande quantidade de vegetação em suas ruas, praças e parques.

Quadro1: Dados dos Municípios de Itapetininga e Piracicaba:

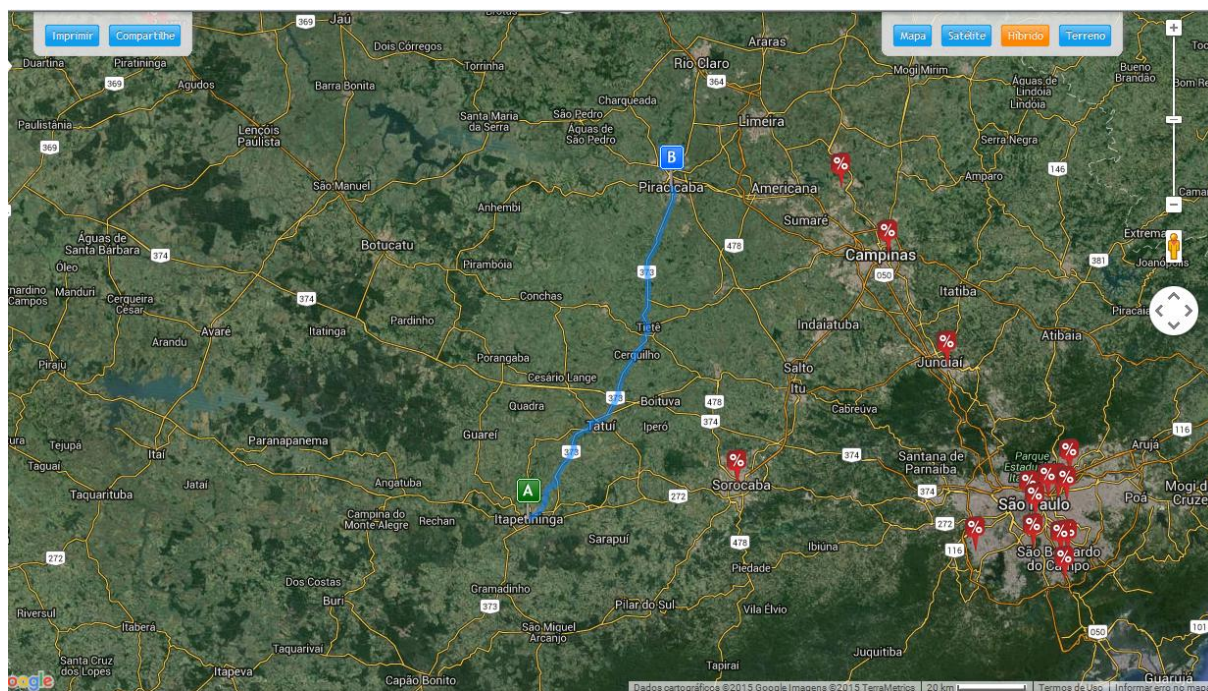
Identificação do Município	Extensão Territorial Total	Extensão Territorial Urbana	Extensão Territorial Rural	População Total do Município	Data da Fundação Oficial	Distância da Capital Estadual
Itapetininga	1790,192 km²	14,8221 km²	1775,3699 km²	155.436 h	05/11/1770	164 km
Piracicaba	1378,069 km²	31,5733 km²	1345,339 km²	388.412 h	01/08/1767	174 km

Fonte: Disponível em <<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/sobre/1204/historia-de-itapetininga>>; <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352230&search=sao-paulo|itapetininga>>, acesso em 08/07/2015, e <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/uf/sp.html>>, acesso em 08/07/2015. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353870>>, acesso em 08/07/2015, e <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/conteudo/uf/sp.html>>, acesso em 08/07/2015. Disponível em <<http://br.distanciacydades.com/calculador?forum=Itapetininga%2C+S%C3%A3o+Paulo%2C+Brasil&to=Piracicaba++SP%2C+Brasil>>, acesso em 08/07/2015.

Esta pesquisa localizou, em Piracicaba – cuja distância até Itapetininga é de 103,62 km em linha reta e 119 km (1 hora e 29 minutos) de condução¹ por meio da rodovia BR 373/SP 127 (de Itapetininga-SP até Tietê-SP: Rodovia Antonio Romano Schincariol, e de Tietê-SP até Piracicaba-SP: Rodovia Cornélio Pires) –, principalmente os programas Política Municipal de Educação Ambiental, conservação de praças e criação de parques e áreas verdes, por meio dos quais procura-se obter o resultado que será, cotejando com Itapetininga, discutido ao longo desta pesquisa, lembrando que desde 1996 há, em Piracicaba, o NEA/Núcleo de Educação Ambiental que atua junto à Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente, e que, embora desativado, Itapetininga também tem um NEA (na Avenida Pedro Voss, entre as sedes do Rotary Club, da Cavalaria da Polícia Militar do Governo do Estado e das entradas do Recinto de Exposições “Acácio de Moraes Terra” e da vila Jardim Fogaça) e o mesmo se apresenta inexpressivo, senão, abandonado.

Nesses termos, o enfoque dado neste trabalho é, em utilizando o exemplo de políticas públicas e programas com resultados efetivos (caso observado em Piracicaba-SP), produzir discussão que desperte o interesse comunitário para a educação ambiental, expondo que, além da melhoria da qualidade de vida e saúde, há também um aporte estético, estimulante per se do bem-estar dos municípios.

Mapa 01: Itapetininga-SP (A) e Piracicaba-SP (B)



Fonte: <http://mapas.guiamais.com.br/>, acesso em 19/11/2015.

1.2. Problematização, pergunta geral de partida, perguntas focadas no objeto de pesquisa, pesquisa

Neste trabalho, mostra-se e discute-se a necessidade de criar nas pessoas e comunidades urbanas a cultura de convivência com os espaços naturais e áreas de preservação, partindo também do questionamento quanto qual a importância da existência e preservação de áreas verdes para a vida das pessoas na cidade de Itapetininga.

Partindo do conceito de Área Verde, precisa-se ter consciência da importância da mesma para a melhoria da qualidade de vida em sociedade.

O Artigo 8.º, Parágrafo 1.º, da Resolução CONAMA n.º 369/2006, assim define o termo Área Verde:

¹ Disponível em: <http://br.distanciacidades.com/calcular?from=Itapetininga%2C+S%C3%A3o+Paulo>

[...] espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização. (Artigo 8.º, Parágrafo 1.º da Resolução CONAMA n.º 369/2006).

As áreas verdes, dentro do ambiente agitado do dia-a-dia urbano, têm várias funções, entre elas os físicos (benefícios no clima, qualidade do ar, água e solo), e, por conta dos mesmos, percebe-se que é ideal que as áreas verdes passem a fazer parte da vida cotidiana das pessoas a fim de que estas entendam que sua qualidade de vida está intimamente ligada à convivência e respeito pelas mencionadas áreas.

Os benefícios são apreciáveis, indo desde a qualidade do ar até a questão estética, que faz bem ao sistema psicossomático humano.

O turismo tem uma utilidade e beneficia a economia, porém não une o homem a natureza. A apreciação da paisagem é mais pessoal e duradoura quando está mesclada com lembranças de incidentes humanos. (TUAN, 1974, p. 110).

São exemplos de áreas verdes urbanas normalmente disponíveis numa cidade: praças, rotatórias de vias públicas, cemitérios, canteiros centrais de avenidas, trevos, etc. (locais onde a vegetação é predominante), e, focando Itapetininga, apresenta-se o problema de haverem surgido vários condomínios em locais onde antes havia grupos arbóreos, como isto influencia a vida das pessoas.

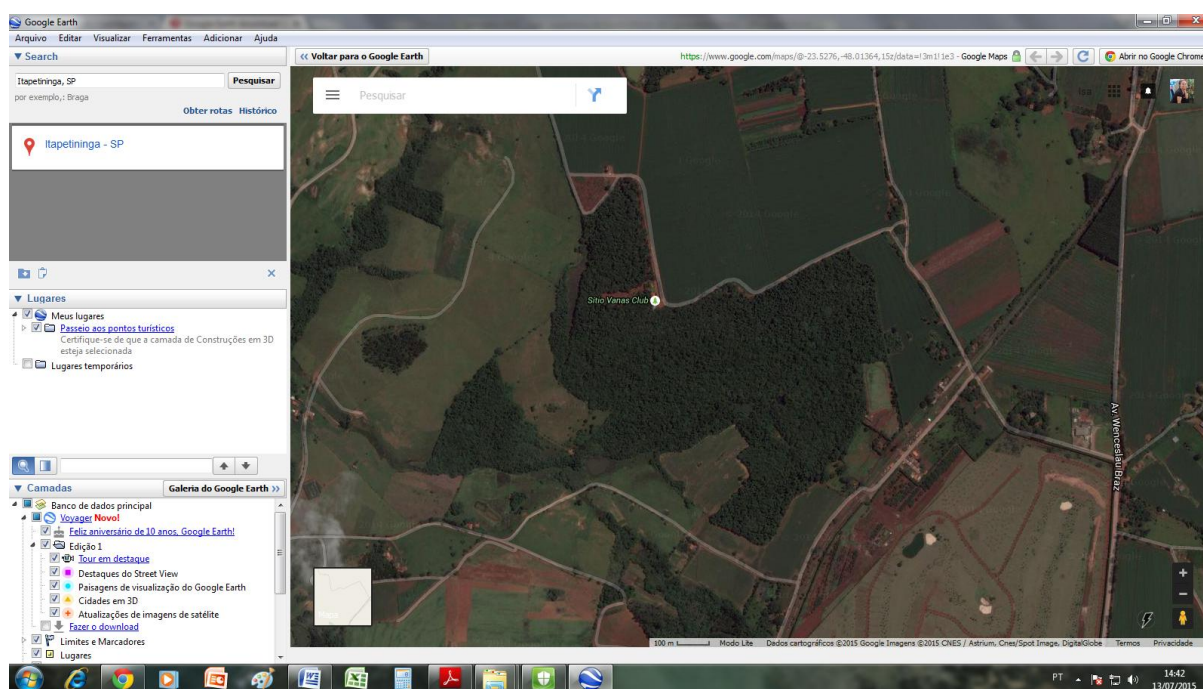
Entre os exemplos de área verde na de Itapetininga cidade pode-se citar o Parque Ecológico Municipal São Francisco de Assis, situado no Bairro Mato Seco, local de fácil acesso muito próximo à área urbana. O parque possui dois lagos e conserva suas características na biodiversidade em uma área de aproximadamente 35 hectares de mata primária:

[...] vegetação primária: aquela de máxima expressão local com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos ou ausentes a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e espécies. (Artigo 1.º, Parágrafo I, Resolução CONAMA n.º 392 de 25 de junho de 2007).

Esse parque esteve fechado durante trinta anos por motivos de segurança e por não ter condições básicas para receber os visitantes, segundo notícia divulgada no Jornal G1² do dia 12/03/2012.

O parque passou por um período de reformas e está oficialmente aberto para estudantes e pesquisadores que, quando em visita, serão monitorados por funcionários da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Mapa 02: Localização Parque Ecológico São Francisco em Itapetininga, São Paulo



Fonte: Google Earth, acessado em: 13/07/2015.

Segundo informação do Site da Prefeitura Municipal³, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população, está sendo feita a revitalização das principais ruas da cidade, incluindo o plantio de 120 árvores de espécies distintas

² Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/03/parque-ecologico-continua-fechado-em-itapetininga-sp.html>>, acessado em 26/06/2014.

(espécies com floração alternada, para ocorrerem florações nas diferentes estações do ano), tendo entre seus objetivos implícitos a contribuição na melhoria estética do aspecto do centro da cidade.

O processo de plantio/replante envolve, além de investimento com verbas públicas, a conscientização de crianças, por meio de projetos com alunos da Rede Municipal de Ensino, e, entre os objetivos explícitos do projeto citados pelo site, estão: “Conforto microclimático, controle da poluição atmosférica, abrigo e alimento para as aves, sombreamento, estabilidade do solo”.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral:

Compreender a importância das áreas verdes em Zonas Urbanas no município de Itapetininga-SP.

1.3.2. Específicos:

- Analisar a diferença na qualidade de vida das cidades em sua relação com as áreas verdes disponíveis;
- Identificar a relação dos moradores com o meio ambiente;
- Procurar soluções para incentivar a população a frequentar áreas verdes no município de Itapetininga, São Paulo.

³ Disponível em <<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/Sustentabilidade>>, acessado em 28/05/2014.

1.4. Justificativa

A escolha do tema reforça-se na observação da relação da cidade de Itapetininga-SP com o meio ambiente, percebendo que a urbanização que respeita as áreas verdes, também respeita a saúde física e psicológica das pessoas, e, nesse respeito, a cidade se torna mais agradável esteticamente.

Aprender a respeitar o meio ambiente é aprender a respeitar o seu semelhante e a si mesmo, criando uma expectativa de qualidade de vida em todos os sentidos.

Para viver em sociedade é importante conhecer o local em que se vive e, então, frequentar as áreas verdes disponíveis é uma opção para que se incentive a criação de novas.

O Município de Itapetininga-SP vem crescendo em ritmo considerado acelerado a partir do último quartel do século XX, e essa situação, como semelhantes em todo o planeta, torna sensível a diminuição da vegetação.

Nesses termos, áreas que há poucos anos eram verdes estão dando lugar a condomínios para famílias de classes baixa e média-baixa. Assim, lugares onde crianças corriam, soltavam pipas, riachos, fontes naturais (chamadas localmente de bicas) vêm sendo substituídas por moradias e ruas, sem absorção pelo solo antes coberto somente por vegetação (e sulcado pelas respectivas raízes) das águas pluviais.

Junto a essa ocupação, observa-se no geral do município, a existência de pessoas mal informadas, que jogam lixo nas ruas (o que não é necessário, pois há coleta periódica) e áreas verdes (de terrenos baldios e beiras de estradas a rios e mananciais), situação esta que se repete na maioria das cidades do mundo e suscita a questão de como mudar o hábito de vida de uma população, bem como o questionamento de como uma cidade pode crescer minimizando os efeitos nocivos da urbanização.

Assim constrói-se uma breve discussão que visa incentivar as pessoas a respeitarem o espaço em que vivem, embora, neste início de trabalho, a visão seja ainda generalista, necessitando confirmar a hipótese específica de que a ausência de educação ambiental nas redes escolares (privada e pública, municipal e estadual) e de campanhas de educação ambiental no município tendam a provocar a falta de consciência em relação à instituição e manutenção (não mais abandono) de áreas verdes por parte do poder público e da devida utilização por parte da comunidade local, levantando outra trilha questionativa a permear esta pesquisa: “a ausência de educação ambiental se reflete em uma cidade por meio de precariedade de sua qualidade de vida”?

1.5. Pesquisa exploratória

Pesquisa de artigos relativos à temática “Urbanização X Áreas Verdes” em referências bibliográficas, em revistas acadêmicas da área de Geografia e áreas afins, e em páginas de órgãos públicos federais, estaduais e municipais e de organizações não governamentais.

1.6. Referencial teórico

A partir da análise dos principais conceitos envolvendo o processo de desenvolvimento, urbanização e industrialização das cidades, pretende-se discorrer sobre como uma cidade pode crescer e ao mesmo tempo manter sua qualidade de vida no que se refere à preservação do meio ambiente.

Usa-se a cidade de Itapetininga-SP como foco de estudo, desde sua origem como pouso de tropeiros até os dias de hoje, quando diariamente vemos surgir novos bairros, condomínios e conjuntos habitacionais.

Em meados de 1720, tropeiros-boiadeiros, entradistas, bandeirantes e comerciantes principalmente de gado passavam por Itapetininga-SP por meio da Estrada Geral do Sul, fazendo comércio de mulas (para carga), cavalos (para transporte humano) e gado bovino (para transporte de carga, tração animal para arado, obtenção de couro para vestimenta e utensílios, além de carne para alimentação – origem do costume do “churrasco/assar uma carninha” da região e consoante com os hábitos dos Estados Sulinos).

Segundo se pode observar, muito do leito da assim chamada “Estrada Geral do Sul” hoje se refere às seguintes vias: sai de Sorocaba-SP, passa por Araçoiaba da Serra-SP e segue Rodovia Raposo Tavares, antiga BR 34, atuais BR 272 e SP 270, entra em Itapetininga pela SP 268 e Avenidas Doutor Ciro de Albuquerque e José de Almeida Carvalho, da qual prossegue pelas Ruas Padre Antonio Albuquerque e Domingos José Vieira, onde começa a contornar o antigo núcleo urbano, e segue pelas vias Avenida Darcy Vieira atual, as antigas “Rua do Sobradinho” e “Rua das Tropas”/atuais Ruas Coronel Pedro Dias Batista, Quintino Bocaiúva, e, após contornar o núcleo urbano antigo, retoma inicialmente a SP 268 por meio da Avenidas Padre Antônio Brunetti e Olavo Egídio de Sousa Aranha Setúbal (antiga Avenida Maestro Walter Fontana) e, por meio desta, a SP 270 emendando-se primeiro com a BR 373/SP 127/Rodovia Professor Francisco da Silva Pontes (Itapetininga-SP a Capão Bonito-SP), passando pelos “Registros” (aduanas internas) de Itapetininga (atual Bairro do Porto, Município de Itapetininga-SP) e do Paranapanema (no Rio Paranapanema, Município de Capão Bonito-SP).

Há quem se refira ao Registro do Paranapanema como “Registro do Rio das Almas”, em virtude da sede do Município de Capão Bonito-SP ser cortada por um rio hoje chamado “Rio das Almas”, porém tal não procede tendo-se em vista que esse rio só passou a chamar-se “Rio das Almas” quando, no movimento chamado “Revolução de 1932”, muitos soldados mortos tiveram, sem respeito a ritos fúnebres, seus corpos lançados nesse rio – o que revela que antes de 1932 tal nome não seria o de tal registro, também porque o Rio Paranapanema não passa próximo à sede atual desse município.

No Registro do Paranapanema, o que hoje é chamado “Estrada Geral do Sul” desvia-se para a atual BR 250/SP 258/ Rodovia Francisco Alves Negrão até Itapeva-SP e Itararé-SP, onde se emenda com as rodovias PR 239 e 151, até Jaguariaíva-PR; PR 90 até Castro e segue, atravessando os atuais Estados de Paraná e Santa Catarina até Viamão-RS. Por conta disso, essa “Estrada Geral do Sul” também era e é chamada Caminho do Viamão, Estrada Real, Caminho das Tropas ou Estrada das Tropas, e tem como base a antiga Rota Incaica chamada Peabiru.

Sobre o Peabiru, sabe-se que o nome advém do nheengatu-tupi-guarani “pê”/caminho e “(a)biru”/Peru, ou “(a)beró/peró/português”, rota pré-colombiana mencionada primeira vez pelo jesuíta Pedro Lozano em sua obra "História da Conquista do Paraguai, Rio da Prata e Tucumán", no início do século XVIII, sendo o termo já utilizado em São Vicente-SP logo após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, em 1500⁴, e que ligava o litoral Atlântico Sul a Cusco, no Peru, capital do Império Incaico, e era pontilhada por antigos aldeamentos nativos, indígenas.

Esse caminho foi, entre outras versões, oficialmente aberto em 1730, pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, como “o Caminho do Sul”, sobre o que então se esperava ser um caminho novo para o Sul, que permanecesse sempre seco a maior parte do ano, em substituição ao antigo, que era constantemente encharcado, por onde seriam trazidos os animais, objetivando favorecer o escoamento da produção e intensificar o comércio⁵.

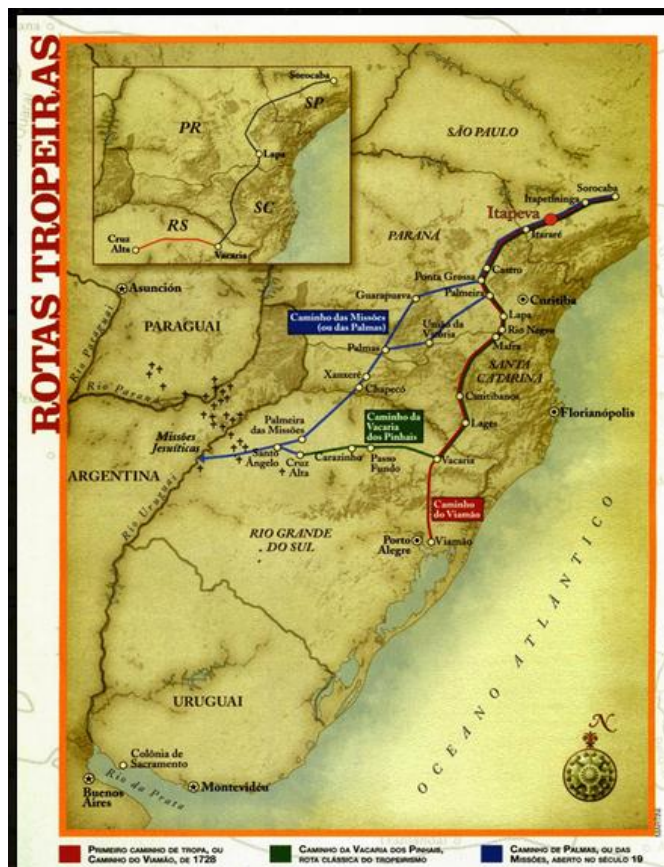
⁴ DONATO, Hernâni. **Sumé e Peabiru**. São Paulo: Edições GRD, 1997. Também Disponível em <http://www.sescsp.org.br/online/artigo/5670_PEABIRU+A+TRILHA+MISTERIOSA#/tagcloud=lista>, acessado em 14/07/2015. Também: Capítulos 2 (Peabiru, Caminho Pré-Colonial), 4 (Século 18), 6 (1730) e 7 (1766) de DONATO, Hernâni. **Achegas para a História de Botucatu**. 3.ed. reescrita. Botucatu. Edicon – Editoria e Consultoria Ltda., 1985.

⁵ JOB, Vera Ravagnani. Algumas considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo. In: BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984.

Figura 01 a 03: Rota dos Tropeiros-boiadeiros.



↑Disponível em < <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/legado-construido-no-lombo-do-cavalo-47tpgoeb139yfap24ktkwpkcu> >, acessado em 14/07/2015.



↑Disponível em < <http://www.jacareitempoememoria.com.br/2013/11/os-tropeiros-e-opovoamento-do-brasil-da.html> >, acessado em 14/07/2015.

← Disponível em < <http://lucianakerche.blogspot.com.br/2013/05/rota-dos-tropeiros.html> >, acessado em 14 de julho de 2015.

Faziam transumância desse gado, mormente o bovino, processo trazido de Portugal – onde, em Seia, realiza-se a subida do gado para a Serra da Estrela em busca de melhores pastos – caracterizado pela migração periódica, sazonal, de rebanhos, especialmente de gado ovino da planície para as montanhas, no verão, no caminho inverso no inverno, aproveitando as condições favoráveis do local naquela época do ano, utilizando-se de piquetes para internada, processo por meio do qual o gado é vigiado de perto (confinamento), quando não cercado, para engordar-se mais por conta do frio, de modo que iam de Sorocaba-SP para Viamão-RS engordando o gado, e, depois, faziam o caminho inverso vendendo gado, carne e couro, sendo isso base para uma verdadeira exportação de animais, do extremo

sul para as regiões centrais do Brasil, visto que, a partir dessa época, inúmeras cabeças de gado, oriundas das planícies do sul, passam a chegar às terras de São Paulo e são distribuídas para outras regiões, após haverem sido negociadas nas feiras anuais de Sorocaba, que se tornaram célebre, conforme se lê e:

As Feiras de Muares de Sorocaba se tornaram famosas no Brasil todo, sendo comentadas por quantos intelectuais, quer nacionais, quer estrangeiros, passaram por nossa cidade. Dos primeiros, podemos citar Paulo Eiró, o poeta. (...) Dos alienígenas, merece destaque o francês Saint-Hilarie. (...) Os tropeiros partiam das campanhas gaúchas tão logo terminasse o inverno, quando os pastos, ressequidos pelas geadas, rebrotavam. Viajavam lentamente, parando mais nos locais em que as pastagens fossem melhores, como no sopé da Serra de Santa Catarina, menos onde houvesse escassez de capim. Isso fazia com que a mulada chegasse aqui em boas condições, o que propiciaria melhores preços. Normalmente, em fins de março, as tropas já se encontravam nos campos que iam desde Sorocaba até Itapetininga, fechadas em um encosto. Encosto era o nome que se dava a um lugar apertado entre dois rios, entre rios e montanhas, barrancos ou matas cerradas, deixando apenas o lado da entrada para que os peões procedessem à ronda contínua, a fim de evitar o extravio dos animais ou que se enteverassem com as tropas alheias (VIEIRA, 1984, p. 33).

Consoante com Belmonte (1980), sobre usos e costumes dos bandeirantes, e, principalmente, Bruno (1967), mormente em seu capítulo “Caminho do Sul e Rio Grande (1720-1763). Tropas e a Feira de Sorocaba”, outro detalhe digno de nota sobre esse caminho e sua importância:

Abastecer a população concentrada nas minas (Gerais, a partir de 1708) e na nova capital (Rio de Janeiro, a partir de 1763) tornou-se, então, um problema, sobretudo no que se referia ao transporte, já que o carro-de-bois, a carroça ou outro qualquer veículo não podia adaptar-se à acidentada topografia, e o cavalo não possui qualidades de cargueiro para suportar largos percursos sob carga considerável. A dificuldade que representa estabelecer-se um sistema de transportes eficiente e econômico, em região de difícil acesso e tão irregularmente ocupada, levará à procura de meio de transporte que possa solucionar o problema. Avulta, então, o Ciclo do Tropeirismo, que vem resolver a questão⁶.

Nesse ciclo, os jesuítas já haviam pacificado a região e aceito a língua nheengatu-tupi-guarani como língua geral (situação que perdurou até sua expulsão

⁶ JOB, Vera Ravagnani. Algumas considerações sobre o Ciclo do Ouro e o Tropeirismo. In: BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984, p. 12.

por D. José I, a pedido do Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal, em 1759), adotada como língua franca pelos entradistas, bandeirantes (Belmonte, 1980), tropeiros-boiadeiros e comerciantes.

Aliás, conforme se pode perceber pelos topônimos antigos brasileiros, ao contrário do oficialmente difundido de forma romântica e a forçar paralelismo como o que aconteceu nos EUA, os índios não foram sumaria e rapidamente extintos pelos portugueses, mas antes participavam ativamente, como sujeitos ativos e coautores, das entradas e bandeiras, como se pode notar, por exemplo, a respeito da bandeira de Antonio Raposo Tavares (nascido em Mértola, Portugal, em 1598, e falecido em São Paulo, São Paulo, Brasil, em 1658) sobre as aldeias jesuíticas de Guaíra (oficialmente, teria tido tal bandeira 900 paulistas e – apesar das versões escolares darem conta de os índios serem escravizados e em franca extinção desde a chegada dos portugueses – o registro fático de 2000 índios) em:

No entanto, nestas versões, o total de paulistas parece exagerado, uma vez que é possível identificar apenas 119 participantes em outras fontes. Além disso, a razão de dois índios por paulista seria muito baixa quando comparada a outras expedições (MONTEIRO, 1994, pp. 71-72).

Isso, somado a trabalhos como o de Pena et al. (2000), revelam que havia mais índios vivendo normalmente entre os colonos portugueses do que a versão oficial, aprendida nas escolas, postula.

E as análises do DNA, levadas a efeito por Pena et. al. (2000) e confirmadas por outras, como a documental de Marchioro (2006), revelam haver dois tipos de índios: os que se aliaram aos colonizadores portugueses e os que foram perseguidos, e extintos, por essa aliança (e, pois, não só por portugueses). Os que se aliaram, são responsáveis por 33% de linhagens ameríndias apontadas por Pena et. al. (2000, p. 23), sendo que tais fatos, sim, explicam a ainda abundante e histórica toponímia de origem túpi (ou tupi-guarani, ou tupi-guarani-nheengatu) ao longo de quase todo o Brasil colonial, mormente no interior paulista.

Disso já se lia em Belmonte:

[...] Da união do *tupi* (nativo) com o *tapuitinga* (colono de origem portuguesa, branco), surge o *mameluco*. Ele, que é dono do planalto (de

São Paulo de Piratininga, hoje capital do Estado de São Paulo), será senhor do sertão, estendendo-o sob suas botas rudes... (BELMONTE, 1980, p.15).

Neste contexto, convém ressaltar Fausto (1999), coadunado por Dean (1996), que os índios viviam em verdadeiras aldeias-Estado e, não raro, exterminavam-se entre si em guerras entre aldeias e entre associações de aldeias, as quais os portugueses (na realidade, em número menor e muito distantes de reforços provenientes de Portugal) souberam utilizar em seu favor.

E convém lembrar que, conforme lembra Dean (1996), esses índios, para alimentarem-se, caçavam e raramente plantavam: não tinham arado, nem enxadas, nem animais de carga para utilizarem junto com o arado ou para obter adubo orgânico, e, de modo algum, conheciam qualquer tecnologia agrícola (nem adubos, nem pesticidas, nem aprimoramento genético), e por isso, faziam uso de roças básicas, artesanais, que dependiam de queimarem mata nativa para nova roça cada vez que uma dessas começava a fraquejar, a produzir insuficientemente.

Dean (1996) estimou que para a alimentação de cada indivíduo de cada aldeia eram necessários 2000 m² de mata devastada por queimada (hoje chamada pousio ou alqueive, e, ainda que ilegal, comum ainda hoje entre habitantes da área rural) por ano, a ponto de, se os agricultores só abrissem floresta primária, teriam queimado cerca de 50% da mata atlântica por milênio, e duas vezes a mesma ao longo do litoral por século, de modo que os campos, como os “campos gerais de Sorocaba” e os de “Itapetininga a Faxina/Itapeva” eram, em quantidade significativa, conforme Dean (1996) e Miranda (2003), restos de áreas devastadas por queimadas.

Aliás, segundo a Fundação Joaquim Nabuco (Gaspar, acesso em 22/07/2015):

[...] A queimada é um processo de queima de biomassa que pode ocorrer por razões naturais ou ser provocada pelo homem.

[...] o que vem acarretando prejuízos à biodiversidade, à dinâmica dos ecossistemas e a diversos tipos de agricultura do planeta, impactando significativamente os processos de mudanças climáticas na terra e do aquecimento global.

[...] Por ser um processo de baixo custo, destinado a limpar uma área, é bastante usado por pequenos agricultores, que são os responsáveis pelo

maior número de focos de incêndio. Os agricultores têm como objetivos para a queimada, além de limpar a área de cultivo, renovar a pastagem ou facilitar a colheita da cana-de-açúcar. Apesar de trazer alguns benefícios em curto prazo, as queimadas prejudicam bastante o equilíbrio ambiental. Com o aumento da erosão do solo, interfere na qualidade do ar, além de, em alguns casos, acarretar danos a redes elétricas e outros elementos do patrimônio público.

[...] Deve-se ressaltar que existe diferença entre a queimada e o incêndio. Este último pode ser definido como uma queimada sem controle. Há também o processo conhecido como queima controlada, permitida pelo Decreto 2.661, de 8 de julho de 1998 (artigo 2.º), destinado a práticas agropastoris e florestais, desde que sejam observadas as normas e condições estabelecidas pelo Decreto. Consiste no uso do fogo em vegetação nativa ou exótica, sob determinadas condições ambientais que permitam que o fogo mantenha-se confinado em uma determinada área e ao mesmo tempo produza uma intensidade de calor e velocidade de espalhamento desejável aos objetivos do manejo.

[...] Grande parte dos incêndios florestais tem motivos econômicos. São provocados para ampliar áreas visando à criação de gado ou culturas agrícolas. Ocorrem também queimadas nas margens das rodovias brasileiras, na sua maioria, causadas por fuligem incandescente proveniente dos escapamentos de caminhões e ônibus com o motor desregulado. Existem também em menor escala, incêndios causados por pessoas descuidadas que jogam pontas de cigarro nas margens das estradas, ateiam fogo a lixões e ainda aqueles causados por balões (GASPAR, acesso em 2015) ⁷.

Esse hábito é, pois, histórico e, visivelmente, atrelou-se a questões econômicas, tornando-se problema de primeira grandeza no Brasil atual:

Brasil teve 70% mais queimadas em 2014 que no ano anterior, indica Inpe. No acumulado do ano, Mato Grosso é o estado com mais focos de incêndio. Foram registrados 140.907 pontos de queimadas até quinta (16/10/2014).

[...] A quantidade de queimadas no Brasil entre 1º de janeiro e 16 de outubro deste ano aumentou 70% em relação ao mesmo período de 2013, de acordo com o site do sistema de queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe. Na comparação entre 1º a 16 de outubro de 2014 e 2013, a elevação de focos de incêndio no país aumentou 105%.

No acumulado do ano, foram 140.907 pontos de queimada até esta quinta-feira (16), contra 82.426 do ano passado. Mato Grosso foi a unidade federativa com mais focos, com 25.374 registrados, número 62% superior ao montante detectado no ano passado. O Pará vem em seguida, com 19.863 (+127%), seguido do Maranhão, que teve até agora 16.962 pontos de calor captados pelos satélites do Inpe.

[...] **Em São Paulo**, um incêndio atingiu a Serra da Cantareira e devastou uma área de 0,3 km², segundo levantamento do Corpo de Bombeiros. A suspeita é de que as chamas tenham começado após um balão cair na região. O fogo só foi controlado na terça-feira (14/10/2014).

⁷ Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=890%3Aqueimadas-no-brasil&catid=51%3Aletra-q&Itemid=1, acessado em 30/11/2015.

[...] **O Fogo é provocado pelo homem.** Os satélites do Inpe conseguem diagnosticar todos os focos de incêndio que tenham pelo menos 30 metros de extensão por 1 metro de largura.

Quase todas as queimadas hoje são causadas pelo homem, seja de forma proposital ou acidental. As razões variam desde limpeza de pastos, preparo de plantios, desmatamentos e colheita manual de cana-de-açúcar até balões de São João, disputas por terras e protestos sociais.

Segundo o Inpe, as queimadas destroem a fauna e a flora nativas, causam empobrecimento do solo e reduzem a penetração de água no subsolo, além de gerar poluição atmosférica com prejuízos à saúde de milhões de pessoas e à aviação.

Denúncias de incêndios criminosos podem ser feitas ao Corpo de Bombeiros, às prefeituras, às secretarias estaduais do Meio Ambiente e ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). (CARVALHO, Do G1, em São Paulo, Natureza, 17/10/2014 13h21 - Atualizado em 17/10/2014 14h21. Acessado em 22/07/2015) ⁸.

Essas queimadas são comuns ainda na Região de Piracicaba:

A Justiça Federal julgou procedente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal de Piracicaba e determinou o cancelamento de todas as autorizações e licenças de queima controlada da palha de cana-de-açúcar nas plantações da cidade. A informação foi divulgada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

A sentença também impede a Cetesb (Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental) e o Estado de São Paulo de conceder novas autorizações de queima sem a prévia elaboração de EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental e de Relatório de Impacto Ambiental). O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) deve realizar a fiscalização dos danos provocados à fauna pela prática de queima na região.

De acordo com o presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana), Arnaldo Antonio Bortoletto⁹, a decisão da Justiça Federal prejudica os produtores de cana da região de Piracicaba. "Atrapalha muito nossos custos, que já subiram. Foram R\$ 7 por tonelada no corte e R\$ 2,50 no transporte. A decisão pegou nosso pessoal despreparado. A lei da mecanização para os pequenos dá o prazo até 2017. Neste período, a queima da palha de cana-de-açúcar seria reduzida gradualmente e não proibida", afirma. "O acordo era para que a queima fosse realizada até 2017 ou até o momento em que o produtor abandonasse o plantio e entrasse em outra cultura nas áreas não passíveis de mecanização ou de forma gradual aos passíveis. A proibição imediata complica", acrescenta Bortoletto.

São cerca de 800 produtores na região e, segundo o presidente da Cooperativa, menos de 20% já aderiu à mecanização. (FRANCO, 2013) ¹⁰.

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/10/brasil-teve-70-mais-queimadas-em-2014-que-no-ano-anterior-indica-inpe.html>, acessado em: 30/11/2015.

⁹ Da mesma família que possui a Usina Vista Alegre no Município de Itapetininga.

¹⁰ Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/09/ig_paulista/96732-queimadas-sao-proibidas-em-piracicaba.html, acessado em: 30/11/2015.

Franco (2014), sobre Piracicaba, corrobora o Portal G1:

Justiça Federal determina suspensão das queimadas na região de Limeira

Decisão ocorre após ação civil pública iniciada pelo MPF em Piracicaba. Quem desrespeitar a sentença terá de pagar multas diárias de R\$ 50 mil.

A Justiça Federal determinou a suspensão imediata das queimadas de palha de cana-de-açúcar nas cidades da região de **Limeira** (SP). A informação foi divulgada nesta quinta-feira (24) pelo Ministério Público Federal (MPF) em Piracicaba (SP), que entrou com o pedido de liminar.

Segundo a decisão, estão suspensas licenças ou autorizações já expedidas pelo governo paulista e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que também não poderão mais conceder novas licenças ou autorizações sem que seja feito antes Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima).

A determinação, de acordo com o Ministério Público Federal abrange os municípios de Araras (SP), Conchal (SP), Cordeirópolis (SP), Engenheiro Coelho (SP), Estiva Gerbi (SP), Itacemópolis (SP), Leme (SP), Limeira (SP) e Mogi Guaçu (SP).

Razões

De acordo com a ação civil pública movida pelo MPF, o governo de São Paulo e a Cetesb não solicitavam apresentação de EIA e de Rima para conceder as autorizações para queima da palha da cana na região, o que, também de acordo com o MPF, vai contra condições estabelecidas na Constituição Federal. Nesta quarta-feira (23/07/2014), a fumaça da queimada da cana invadiu a Rodovia dos Bandeirantes e causou um **engavetamento com 13 veículos**.

"A prática é considerada potencialmente degradante à saúde e ao meio ambiente, pois anualmente lança na atmosfera toneladas de poluentes que causam, entre outros danos, diminuição da função pulmonar, doenças inflamatórias do aparelho respiratório, irritação nos olhos, aumento do risco de câncer e chuva ácida, além de contribuir com o efeito estufa", diz nota divulgada nesta quinta pelo Ministério Público Federal.

Multas

Conforme o MPF, a Justiça Federal acolheu as alegações contrárias às queimadas. A fiscalização para cumprimento da liminar e, em caso de desrespeito à decisão, os responsáveis pelas queimadas poderão ter de pagar multas diárias de R\$ 50 mil.

Cetesb

A assessoria da Cetesb informou por volta das 19h desta quinta que ainda não tinha sido notificada oficialmente pela Justiça sobre a decisão (G1 Piracicaba e Região, 2014)¹¹.

A persistência e a incorporação desse hábito ao longo da História são consoantes com o que, seguindo Freitas (1936), Figueiroa (1993) e Navarro (2013), sabe-se a respeito da persistência e da incorporação do hábito do banho diário (originariamente, típico dos nativos, e, hoje, praticamente de todo brasileiro nato) e da língua hoje chamada de tupi, tupi-guarani e/ou nheengatu (também nhengatu, inhangatu, nhangatu, nenhengatu, ou, mesmo, língua geral amazônica,

língua brasílica, tupinambá, tupi bárbaro, língua geral, língua geral paulista, língua túpica, abanhe'enga) pela população predominantemente portuguesa que se afixou e desenvolveu no Brasil não somente durante o período colonial (1500-1822).

Essa língua surgiu em um desenvolvimento paralelo ao da língua geral paulista (formada na época dos bandeirantes paulistas no Brasil Colônia, estando desde o início do século XX totalmente extinta) em cima da absorção por parte dos portugueses residentes e seus descendentes das línguas dos principais grupos linguísticos dominantes e aliados aos portugueses, e dessa língua túpica, ou nheengatu-tupi-garani, nasceram os inúmeros topônimos nheengatu-tupi-garani, que persistem até hoje, ao longo do Brasil, caso de Piracicaba (“Terra/*Aba Rasgada/Sruók* da Mãe/*Cy* dos Peixes/*Pira*”, referência ao salto do rio onde se verifica a piracema e que deu origem à povoação; também “*pirá* /peixe *syk*/parar e *aba*/lugar”/“*lugar onde o peixe para*”), de Botucatu (cidade dos “bons ares”, de *ybytukatu*, que significa “bons ares, bom vento”, através da junção dos termos *ybytu* [ar, vento] e *gatú/katu* [bom]¹², ou “serra boa”, pela junção dos termos tupis *ybytyra* [montanha, serra: na língua geral meridional, *botura*] e *katu* [bom]¹³) e de “Ytá-pê'-tininga”, que significa, basicamente e entre outras versões, “Caminho (pê) Seco (*tininga*) de Pedra (*ytá*)” ou “Lugar/*Pê* da Pedra/*Ytá* Seca/*Tininga*”, que é como os nativos originais chamavam o vau do rio onde era possível, mesmo nas cheias, passar a “vau de orelha” com as tropas (região do rio onde a água não chegava à orelha das mulas ou do gado, e onde hoje é o Distrito do Porto de Itapetininga-SP), visto o rio não ter normalmente profundidade superior a 1,2m–1,5m entre cheias e secas (quando baixa para 0,8 m), embora seu fundo, calha geológica natural, seja cheio de sumidouros.

¹¹ Disponível em < <http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2014/07/justica-federal-determina-suspensao-das-queimadas-na-regiao-de-limeira.html>>, acessado em 22/07/2014.

¹² Disponível em <<http://www.significadodosnomes.com/cidadesbrasileiras.php>>, acessado em 14/07/2015.

¹³ Ver NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo. Global. 2013. p. 548.

Do vau do rio, passou tal designação tanto à povoação que ao lado da margem de tal vau se formou (atual Distrito do Porto, Município de Itapetininga), como de todo o rio de 160,9 km em que tal vau se encontra.

Esse rio, calha geológica natural entre dois tipos de terreno diferentes e fundo de lago mesozoico, é bastante tortuoso fazendo a prática de esportes perigosa.

Nasce a 645 m de altitude, onde recebe o nome de “Rio Itapetininga” na junção dos rios: Pinhal Grande ou Pinhal e Turvo, na divisa dos municípios de Pilar do Sul e Sarapuí, e tem seu desaguadouro no rio Paranapanema, a 601 m de altitude, na divisa dos municípios de Buri com Campina do Monte Alegre, embora haja informes sobre o mesmo dando conta que:

[...] O nível do Rio Itapetininga, em Itapetininga (SP), passa dos 4,3 metros em alguns trechos com as últimas chuvas. A água chegou até a invadir alguns ranchos nas proximidades. Em dois meses, o nível do rio aumentou mais de 3 metros, quando em janeiro atingiu 60 centímetros no Bairro Porto Velho.

[...] A extensão do rio é de 183 quilômetros. Ele abastece 42 mil casas em Itapetininga. Nele já foram catalogadas 26 espécies de peixes, 16 de animais silvestres e mais de 180 aves. Ele começa nos municípios de Pilar do Sul (SP) e Sarapuí (SP) e termina em Campina do Monte Alegre (SP) com a junção do Rio Paranapanema¹⁴.

Apesar de bastante tortuoso, tornando a prática de esportes perigosa, sua necessária e possível navegabilidade (ainda que por pirogas e canoas para indígenas, entradistas, bandeirantes e comerciantes) foi registrada pela primeira vez entre 1724 e 1728 como concessão régia à família Homem de Souza, evidenciando de Itapetininga sua existência e povoação, embora não na sede atual, anterior à fundação oficial em 1770, mas no seu atual Bairro/Distrito do Porto.

E, assim, tanto dessa mínima navegabilidade, para indígenas, entradistas, bandeirantes e comerciantes, quanto o uso do vau para indígenas, entradistas, bandeirantes, comerciantes e, principalmente, para tropeiros-boiadeiros, desde 1724 com um núcleo de povoação ao lado (segundo comentava o Professor Antônio

¹⁴ Rio Itapetininga salta de 60 cm para 4 metros de profundidade após chuvas. Aumento é um dos mais altos das últimas décadas, diz ambientalista. Diferença surgiu em apenas dois meses: de janeiro a março (de 2015). Do G1 Itapetininga e Região. 31/03/2015 as 07h35 - Atualizado em 31/03/2015 as 07h35. Disponível em < <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2015/03/rio-itapetininga-salta-de-60-cm-para-4-metros-de-profundidade-apos-chuvas.html> >, acessado em 22/07/2015.

Antunes Alves, "em documentos impressos encontra-se o nome desse porto, na sesmaria do ituano Ângelo Cardoso dos Campos, passando por Dom Rodrigo César de Menezes, em 22 de março de 1726"¹⁵), Itapetininga foi, com esse nome, povoada desde entre 1724 e 1728 e esse seu núcleo inicial teve desenvolvimento de nota a partir de aproximadamente 1750.

Com esse desenvolvimento, surgiram famílias abastadas em torno desse núcleo e em pontos dele dependentes mais distantes (tanto a pequena distância, como na atual sede do município, quanto mais distantes, como no então seu já próspero distrito de Botucatu), e por volta de 1760 algumas dessas famílias privilegiaram morar longe da sede de seus negócios, no atual Centro, entre as quais a de Domingos José Vieira, que se estabeleceu numa casa (hoje de há muito demolida) em 1765 atrás da atual Catedral de Nossa Senhora dos Prazeres, gerando, tal preferência, uma polêmica sobre a sede local, especialmente quando o Morgado de Matheus (Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, 4.º Morgado de Mateus, O Urbanizador, 1722–1798, Governador da Capitania de São Paulo de 1765 a 1775) baixa portaria (17 de abril de 1768) designando Simão Barbosa Franco para fundar e administrar a povoação de Ytapé-tinga.

Pelo que se sabe, além de as terras do Porto de Itapetininga passarem de dono do ituano Ângelo Cardoso dos Campos para Dom Rodrigo César de Menezes em 1726, eram, segundo Donato (1985) ambicionadas por Simão Barbosa Franco, fazendeiro e negociante da região de "Wotucatu, sobre o Rio Paranapanema", onde já comprara terras de André de Souto Gurgel, e só se move a cumprir a ordem do Capitão da Província em 1767, não havendo documentação sobre ele haver efetivamente fundado ou feito trabalhos de fundação da tal povoação (DONATO, 1985, pp.47-49), embora Galvão Júnior (1956, p. 15) afirme que Simão Barbosa Franco chegou aos então dois núcleos de Itapetininga em 6 de julho de 1768, dez dias antes de o Padre Manoel de Campos Bicudo, então vigário de Sorocaba, assinalar missa para Nossa Senhora do Carmo em capela construída por Domingos

¹⁵ ALVES, Antônio Antunes. Vamos contar uma história... a nossa. In: Folha de Itapetininga, edição especial.

José Vieira (GALVÃO JÚNIOR, 1956, p. 20), dando conta que a cidade já existia e que sua fundação seria mera medida burocrática.

Porém, para o Morgado, era caso de cumprir ordens régias, de construir um arco de seis vilas fortes de defesa interna da colônia (Donato, 1985, p. 49, que eram Itapetininga, Guareí, Botucatu Piracicaba, Faxina/Itapeva e Itararé) e para Simão Barbosa Franco, era caso de ampliação de suas posses territoriais (DONATO, 1985, p. 48).

De 1766 a 1770, o cumprimento das ordens do Morgado é visto com:

- A fundação de Piracicaba (1.º de agosto de 1767, por Antonio Correia Barbosa, dando cumprimento às ordens recebidas pelo governador da Província de São Paulo, Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Urbanizador, embora haja registros de sua povoação desde 1693, região dos indígenas paiaguás e, a partir de 1730¹⁶, de portugueses, especialmente de Pedro Moraes de Cavalcanti, que não resultou em povoamento oficial; de que, com a descoberta das minas de ouro em Cuiabá em 1718, tratou-se de fazer uma estrada de São Paulo àquela região, e que essa entrada foi construída em 1725 por Luiz Pedroso de Barros, passando pela região que mais tarde seria a sede do município de Piracicaba, ao lado das terras que em 1723 obtivera Felipe Cardoso a um quilômetro do Salto. Tal fundação se deveu à finalidade de facilitar o transporte de víveres e munições para as tropas da Vila Militar de Iguatemi, instalada na fronteira com o Paraguai, no mesmo local onde foram descobertas as minas de ouro, e também como fortificação para defender as terras portuguesas dos invasores espanhóis e paraguaios. A nova povoação foi inicialmente erguida à margem direita do rio, sendo que em 21 de junho de 1774 foi elevada à categoria de Freguesia e, dez anos após, transferiu-se para a margem esquerda do rio, devido ao terreno ser alto e de melhor qualidade)¹⁷;

¹⁶ Disponível em < <http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/especial/a-formacao-do-povo-piracicabano/> >, acessado em 14/07/2015.

¹⁷ Disponível em <<http://www.indicapira.com.br/padrao.aspx?texto.aspx?idcontent=1645&idContentSection=1823>>, acessado em 14/07/2015.

- A fundação de Itapeva (12 de setembro de 1769, sabendo-se que em documento datado de 10 de março de 1767, Antonio Furquim Pedroso enviara a Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, o Urbanizador reclamação que está muito difícil penoso o trabalho de cuidar somente com sua pessoa, pedindo, assim, mais auxiliares, como cabos para auxiliarem em seu trabalho e que em 12 de setembro de 1769, documento assinado pelo ouvidor geral e corregedor da Comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, determina ao juiz ordinário Cláudio de Madureira Calheiros, da Vila de Sorocaba, que vá à paragem de Faxina e mande levantar pelourinho, e em documento datado de 27 de junho de 1769, Dom Luiz de Souza determina ao ouvidor para que determine a criação da Vila, no atual lugar) ¹⁸;

- A possível fundação do núcleo que viria dar origem a Itararé (sobre esta, sabe-se que os “caminhos dos campos de São Pedro de Itararé” já eram conhecidos dos tropeiros-boiadeiros, ou tropeiros e condutores de gado, desde 1693, e era ponto obrigatório de trânsito e pouso daqueles que se dirigiam para alcançar São Pedro do Rio Grande do Sul, bem como aqueles que procuravam a feira anual de animais que se realizava em Sorocaba, sendo esse campos também cortados no bandeirantismo e constituídos de passagens para os predadores dos índios guaianazes, e que a primeira sesmaria da região fora concedida nos Campos de São Pedro para Luiz Pedroso de Barros, em 1725, cabendo a esse mesmo sesmeiro a segunda sesmaria, também no mesmo ano¹⁹. Na sequência, Luiz Pedroso de Barros, morador na Vila de Paraíba, começou o processo de colonização e foi recebendo maiores áreas, expandindo suas “sesmarias”, que, nos anos de 1784, 1791 e 1792, foram adquiridas pelo Coronel Gavião, que iniciou o

¹⁸ Disponível em < <http://www.itapeva.sp.gov.br/conheca-itapeva/historia/> >, acessado em 14/07/2015;

¹⁹ Disponível em < <http://www.citybrazil.com.br/sp/itarare/historia-da-cidade> >, acessado em 14/07/2015.

plantio e a catequese dos moradores da região, a grande maioria trabalhadores rurais e, desse processo, nasceu o município²⁰).

- E com a fundação de Itapetininga oficializada em 05 de novembro de 1770, com Simão Barbosa Franco resolvendo a questão do núcleo de fundação em favor da atual, passando a original a segundo plano, como atual Distrito do Porto.

Também nessa fundação é decidido o padroeiro da cidade, que passa, como Piracicaba, a ser Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes.

Veio tal definição junto com a ordem de fundação, e tem origem em homenagem à vitória dos portugueses (católicos) sobre os holandeses (protestantes), em Guararapes (episódio marcante na Insurreição Pernambucana, que culminou no término das Invasões holandesas do Brasil, no século XVII), ocorrida por meio das vitórias de 19 de abril de 1648 (Primeira Batalha) e de 19 de fevereiro de 1649 (Segunda Batalha).

Ao contrário, porém, de Piracicaba, cujo santo padroeiro passou por opção dos munícipes para Santo Antônio, Itapetininga acatou imposição oficial e mantém essa padroeira até hoje, embora os munícipes ignorem fatos sobre sua padroeira, como que a data dessa padroeira seja 26 de agosto – a única pessoa que fez algum comentário sobre o assunto foi Sílvio Vieira de Andrade Filho (vieira.sor@terra.com.br, <http://www.cafundo.site.br.com>), em seu livro "Itapetininga" (ISBN 85-904104-3-9, 2006), membro do IHGGI (Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Itapetininga).

A partir de 05 de novembro de 1770, com Simão Barbosa Franco ajudado por Domingos José Vieira e pelo Sarutayá ("macaco-da-mão-branca")²¹, pseudônimo de Salvador de Oliveira Leme (bandeirante, também alocado na Itapetininga de 1724-

²⁰ Disponível em < <http://www.tribunaldecontas.com.br/pmitarare/historiacidade.asp> >, acessado em 14/07/2015.

²¹ Conforme <<http://www.cidadespaulistas.com.br/cid/?c=574>>, acessado em 15/07/2015, "**Sarutaiá** (tupi): Referência a um macaco de cauda peluda, muito comum na região [...]" no caso, da região sul-sudoeste de Estado de São Paulo, macaco esse que deu origem também ao nome do Município de Sarutaiá (disponível em <www.sarutaia.sp.gov.br>, acessado em 15/07/2015).

1770, e considerado também cofundador de Itapetininga, embora dele só se tenha certeza que fora o segundo capitão-mor de Itapetininga) à testa, oficializa-se, esses três nomes como fundadores, Itapetininga.

Quanto a Botucatu e Guareí, as outras duas povoações pretendidas das seis da linha de defesa interna, tornam-se inicialmente distritos de Itapetininga, vindo a ocorrer suas emancipações respectivamente em 1855 (em 14 de abril de 1855, quando houve a elevação da freguesia à categoria de vila e a emancipação político-administrativa) e 1880 (quando foi elevado a vila, criada pela Lei n.º 9, de 16/03/1880, embora esse município haja sido reconduzido à categoria de distrito e incorporado ao município de Tatuí, com a denominação de Guareí, pelo Decreto n.º 6530, de 03/07/1934, e elevado novamente a município pela Lei n.º 2695 de 05/11/1936).

Depreende-se disso que extensão territorial de Itapetininga, ao que tudo indica, originariamente atravessava o atual Estado de São Paulo até o Rio Paraná, atual divisa com o Mato Grosso do Sul²².

Itapetininga teve, conforme Galvão Júnior (1956), sua primeira Câmara de Vereadores instalada, junto com seu pelourinho, em 03/03/1771, quando oficialmente se tornou Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga.

Essa Vila de Itapetininga teve sua emancipação em 1852, por meio da Lei n.º 11, de 17 de julho de 1852, que também lhe deu sua autonomia judiciária, com elevação a comarca, embora a vila só viesse a tornar-se município em 13 de março de 1855, com o nome de Itapetininga.

²² Aliás, segundo se lê em <<http://museu.presidenteprudente.sp.gov.br/historiapp.php>> e em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Prudente#cite_note-Museu_Hist.C3.B3ria-10>/Emancipação política e administrativa, acessado em 15/07/2015: “Com o grande desenvolvimento da atual cidade de Presidente Prudente, o município foi criado em 14 de setembro de 1917, pelo Coronel Francisco de Paula Goulart, a partir da emancipação territorial e administrativa de Conceição de Monte Alegre (atual Paraguaçu Paulista), criado em 1876 após desmembramento de Campos Novos Paulista. Este resultou da emancipação de Santa Cruz do Rio Pardo, que ocorreu em 1885. Santa Cruz do Rio Pardo, por sua vez, foi criada em 1872 como resultado do desmembramento de Lençóis Paulista, que havia sido criado em 1865 após emancipação de Botucatu. O município de Botucatu foi criado em 1855, tendo sua origem em Itapetininga, o qual resultou do desmembramento de Sorocaba, em 1770”.

Esse município, ao longo de sua história, chegou a ter um Banco Agrícola próprio (cujo gerente era o Professor Francisco Válio), e optou pela agropecuária extensiva, ao contrário de Piracicaba, que optou pela agricultura (cana-de-açúcar, café e de novo cana-de-açúcar), cresceu e desenvolveu-se menos que Piracicaba, podendo-se analisar que contava com 84.087 habitantes em 1980 e 144.377 habitantes em 2010, contando com 155.436 habitantes na estimativa para 2014, com IDH/Índice de Desenvolvimento Humano de 0,763 e PIB/Produto Interno Bruto per capita de R\$ 19.372,66 em 2011), segundo o IBGE²³, e 152.329 habitantes em 2015 com participação de 0,191564% nas exportações do Estado, segundo a Fundação SEADE²⁴, ao passo que Piracicaba-SP contou, respectivamente, com 214.307 habitantes em 1980 e 364.571 habitantes em 2010, com estimativa de 388.412 em 2014, IDH de 0,785 e PIB per capita de R\$ 32.135,11 em 2012) ²⁵ e 378.185 habitantes em 2015 com 3,042571% nas exportações do Estado (Fundação SEADE) ²⁶.

E com esse crescimento, particularmente com o início do século XXI, pode-se ver tanto desaparecer uma grande parte de sua vegetação nativa, quanto a sujeira causada pela eliminação do lixo em locais inapropriados (principalmente próximo a rios e nascentes ou, até mesmo, em ruas). Tem-se, por exemplo, visto a sujeira espalhada por alunos em todo o ambiente escolar onde, poucos minutos antes, tudo estava exemplarmente limpo.

Assim, uma vez caracterizado geográfica e historicamente o Município de Itapetininga, fulcro deste trabalho, e de Piracicaba-SP, ante o qual será feita a comparação, pode-se dar início a esta etapa do Trabalho, passando para a definição, além do conceito “áreas verdes”, já visto, dos conceitos “cidade”,

²³ Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=352230>>, acessado em 15/07/2015.

²⁴ Disponível em <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>, acessado em 15/07/2015.

²⁵ Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353870>>, acessado em 15/07/2015.

²⁶ Disponível em <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>, acessado em 15/07/2015.

“cidadão”, “urbanização”, “cidadania”, “paisagem”, “economia”, “educação ambiental”, “qualidade de vida”, citando autores que os utilizaram.

1.6.1. Cidade:

De acordo com o Dicionário Aurélio On Line²⁷, o termo cidade “se refere a um povoado que se destaca pela extensão e importância ou o centro industrial comercial da mesma”. No texto “Cidade: Espaço da Cidadania”, o conceito cidade é assim definido:

A cidade, muito mais que um simples aglomerado de casas ou de indivíduos, é, por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, da sociedade (de gente, de riqueza, de poder, de saber...). (BRAGA e CARVALHO, 2004, pág. 03).

Nesses termos, cidade é um ajuntamento de pessoas que ocupa um espaço buscando os mesmos objetivos, um local que ofereça a possibilidade de melhores condições de vida (salário, moradia, saúde, educação, lazer, cultura, alimentação, serviços, infraestrutura, etc.). É o local onde seus moradores pretendem receber o maior número de benefícios em troca de seu trabalho e conhecimento.

O conceito “cidade” difere do conceito “campo” por conta das negociações exercidas por seus moradores ou pessoas que, apesar de morar em outro local, convergem para ela periodicamente a fim de exercer suas atividades.

A cidade se organiza de forma que nas áreas centrais se concentram os setores de serviços e nas periferias se instalam as indústrias, fábricas, armazéns, etc.

Na cidade, as áreas residenciais se posicionam pela questão da acessibilidade financeira: nas áreas centrais, melhores e conseqüentemente mais caras, instalam-se as moradias de pessoas que possuem melhores condições financeiras, mas, mesmo assim, o perfil dos moradores vai mudando na medida em

²⁷ Disponível em ><http://www.dicionariodoaurelio.com/Cidade.html>>, acessado em 24/04/2014.

que se distanciam do centro (com exceção de alguns condomínios e bairros luxuosos, em que os compradores, mais abastados, preferem áreas mais tranquilas e afastadas do barulho).

O que permite concluir a priori que, ao se distanciarem do centro, as terras vão se desvalorizando, pelo fato de que o acesso aos benefícios vai sendo dificultado pelo transporte e tempo que se gasta para adquiri-lo encarecendo o produto ou serviço.

Para que a cidade se desenvolva de forma sustentável, com qualidade de vida e sem exclusão, é necessário o planejamento urbano, levando em conta questões que envolvam o bem estar e a satisfação das necessidades da população local. Segundo Arantes (2002), os parâmetros a serem seguidos são:

[...] os urbanistas deveriam reivindicar a adoção de indicadores sociais e urbanísticos que pudessem constituir parâmetros/antídotos contra a mentira que perpetua a desigualdade. A disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão (ARANTES et al., 2002, p. 168).

1.6.2. Cidadão:

De acordo com o dicionário Aurélio On Line²⁸ vem a ser a pessoa que faz parte de uma cidade, estado ou país, possuindo, com isso, direitos e deveres relativos ao posto.

1.6.3. Cidadania:

Entende-se que o cidadão não possui apenas direitos, mas também responsabilidades com relação ao espaço em que ocupa: “a cidadania não é apenas um conjunto de direitos, mas implica também a participação responsável na esfera pública e na vida social...” (BRAGA e CARVALHO, 2004, p. 15).

²⁸ Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Cidadao.html>>, acessado em 25/04/2014.

Quando uma cidade cresce sem planejamento estratégico, os governos ignoram os direitos dos cidadãos e os cidadãos, por sua vez não tendo opção, passam a ocupar locais inapropriados, sem a infraestrutura básica necessária para subsistência. Lentamente, buscando a melhoria no que se refere à economia e moradia, a qualidade de vida da população vai piorando com a poluição, barulho e agitação do dia a dia. Os governos, pelo não planejamento, não conseguem oferecer os benefícios que os habitantes procuravam ao se instalar na região.

1.6.4. Urbanização:

Entende-se por urbanização o conjunto de decisões e trabalho que levam uma cidade a se distanciar de suas características rurais, desenvolvendo-se nas questões de infraestrutura (esgoto, água, luz, coleta de lixo, etc.), serviços (saúde, educação, comércio, transporte, etc.), indústrias, telecomunicações, tecnologias, etc.

No texto: Capitalismo e Urbanização, Sposito (1991) assim define: “Industrialização e urbanização têm aparecido sempre associadas, como se tratasse de um duplo processo, ou de um processo de duas facetas” (SPOSITO, 1991, pp. 47), a partir desta análise concluímos que na proporção em que se industrializa a cidade se urbaniza.

Com a problemática da ocupação desordenada das cidades, tem aumentado o número de moradias precárias na maioria delas, e, em Itapetininga, quase não há favelas; o que se tem visto é a construção e venda de inúmeros condomínios para famílias de baixa renda e Conjuntos habitacionais (CDHU), e, com isso, vê-se diminuindo rapidamente a vegetação que compõe a paisagem da cidade, ainda que haja alguns projetos de Condomínios preocupados em arborizar seus ambientes.

1.6.5. Paisagem:

É tudo o que pode ser absorvido através da observação de um ambiente, e essa observação envolve todos os sentidos humanos. Todo o conjunto componente do ambiente é considerado paisagem: do belo ao feio, do luxo ao lixo.

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1998, pp.21).

Em seu caminho rumo ao desenvolvimento, as cidades vão se transformando e mostrando cada vez mais os sinais da intervenção humana nos elementos que formam sua paisagem.

1.6.6. Economia:

De acordo com o Site da Faculdade de Economia e Contabilidade²⁹ da Universidade de São Paulo:

Economia é o conjunto de atividades pelos homens visando à produção, distribuição e o consumo de bens e serviços necessários à sobrevivência e à qualidade de vida. Economia Capitalista é a organização das atividades por meio do mercado, baseada na propriedade privada e na qual a grande maioria das transações é mediada pelo dinheiro.

A economia do Município de Itapetininga ainda é predominantemente agrícola, apesar de possuir algumas indústrias de destaque nacional com modestas unidades no município (a maioria, em torno da zona urbana), com relevo para Duratex (cujas novas unidades, com previsão de conclusão no final de 2012, tornará Itapetininga sede da segunda maior empresa de MDF do mundo), 3M, Baterias Moura, MGA Indústria Moveleira, Nisshimbo do Brasil Indústria Têxtil, Céu Azul-JBS (frigorífico) e CITROVITA.

²⁹ Disponível em <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=202>>, acessado em 28/04/2014.

1.6.7. Educação Ambiental:

Aqui, conceitua-se como Educação ambiental:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n.º 9795/1999, Art. 1.º).

Educação ambiental é a maneira de preparar uma pessoa para compreender a importância de ter uma boa convivência com o espaço vivido, tendo em vista o fato de que de suas atitudes dependem as próximas gerações.

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2.º).

O respeito ao meio ambiente é respeito à vida, e isso deve se tornar um hábito para cada um.

A Educação Ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública (QUINTAS apud Site do Ministério do Meio Ambiente, acessado 30 de abril de 2014).

O conhecimento do ambiente em que vive cria afinidades e, conseqüentemente, o desejo de preservar. O decreto que criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente também expôs como uma de suas atribuições: estimular projetos que esclareçam e eduquem o povo brasileiro com relação ao uso responsável dos recursos naturais a fim de conservar o meio ambiente. (Decreto Federal n.º 73.030, de outubro de 1973)³⁰.

³⁰ Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acessado em 17/07/2015.

Educação Ambiental é a ferramenta disponível para o gerenciamento dos problemas relativos ao meio ambiente e a melhor forma de fazê-lo é utilizando a própria com ferramenta pedagógica.

Educar ao ar livre é uma metodologia de aprendizagem experimental que utiliza todos os sentidos de uma pessoa. Ela acontece prioritariamente, mas não exclusivamente, através da exposição do estudante a ambientes naturais. Na educação ao ar livre, a ênfase, da aprendizagem está nos relacionamentos entre as pessoas e os recursos naturais (SERRANO, 2000, p.97).

A educação ambiental está intimamente ligada à Sustentabilidade, que “pode ser definida como sendo a utilização do nosso entorno físico de tal forma que suas funções vitais sejam indefinidamente preservadas” (REIJNDERS apud MARCATTO, 2002, p. 38).

Utilizar os recursos disponíveis de maneira responsável é pensar no futuro e não apenas nas necessidades imediatas. Para que isto seja possível a que se educar o menino desde a mais tenra idade.

1.6.8. Qualidade de Vida:

Com a urbanização, as cidades demonstram significativas alterações em seus recursos naturais:

1. Contaminação da água.
2. Produção de grande quantidade de lixo.
3. Contaminação do solo.
4. Alterações no clima (aumento na temperatura e diminuição da umidade relativa do ar).
5. Poluição do ar.
6. Eliminação da vegetação e animais nativos.
7. Aumento nos níveis de barulho.

É a maneira de preparar a pessoa para compreender a importância de ter uma boa convivência com o espaço vivido, tendo em vista o fato de que de suas atitudes dependem as próximas gerações. Despertar as pessoas para a ação é o ponto principal da preocupação da humanidade presente.

Extremamente bem dotado de recursos naturais, o Brasil ainda não despertou de todo para a necessidade de protegê-los, valorizá-los e recuperar aqueles já atingidos sobre o processo de degradação. Meio ambiente hoje é sinônimo de qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. A vida humana e o desenvolvimento da sociedade em harmonia com a natureza não são somente postulados éticos ou ideais utópicos. Preservar a biodiversidade, desenvolver o conhecimento das potencialidades e dos limites dos diferentes ecossistemas, buscar tecnologias que preservem os recursos energéticos não renováveis e encontrar formas de produção ecologicamente sustentáveis são compromissos com o futuro das novas gerações, exigências da sobrevivência para a humanidade dos governos e dos povos de todos os países (CARDOSO, 2008, p. 100).

1.7. Pesquisa Exploratória:

A variedade de autores que falam sobre temas ligados a preservação do meio ambiente é muito grande, dificultando até mesmo manter uma linha de pensamento.

O importante é deixar claro que é imprescindível que, para este assunto ser efetivado no cotidiano das pessoas, é necessário que as informações despertem o interesse das pessoas em todas as camadas da sociedade. Enquanto se pesquisa, percebe-se que parte da nova geração está muito interessada neste assunto, que discute sobre isso, porém por algum motivo, não pratica, como citado o exemplo dos alunos da Escola no início.

Além da pesquisa em artigos citados, as visitas a alguns locais da cidade se torna imprescindível.

1.8. Esboço da Metodologia de Pesquisa:

A partir da observação de cidades com bom exemplo em sua relação com o meio ambiente no que diz respeito à conservação ou restauração da vegetação, pesquisamos textos que esclareçam dúvidas quanto à importância de se disseminar ideias relativas ao tema. Pretende-se trabalhar com dados estatísticos, com pesquisa de campo documental, levantamento cartográfico das unidades de conservação, parques e praças, levantamento fotográfico, levantamento de dados do tema em órgãos públicos do município.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPETININGA – SÃO PAULO

2.1. Crescimento Populacional do Município de Itapetininga - SP

O Município é o terceiro em área territorial no Estado de São Paulo, com seus 1.790,208 Km² de extensão e população estimada em 155.436 habitantes em 2014.

Localizado na região sudoeste do Estado, a 160 km da capital do Estado, na bacia do Alto Paranapanema, é sede da região de governo formada pelos Municípios de Alambari, Angatuba, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Guareí, Itapetininga, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí e Tatuí, e, segundo o texto original da Lei Complementar n.º 1241, de 08 de maio de 2014, que criou a RM/Região Metropolitana de Sorocaba, dessa região de governo ficaram fora da RM de Sorocaba, num primeiro momento, Guareí, Itapetininga e Quadra.

No entanto, segundo o Projeto de Lei Complementar n.º 51/2014 (no qual, segundo São Paulo, 2014, lê-se “Fica integrada na Região Metropolitana de Sorocaba, unidade regional do Estado de São Paulo criada pela Lei Complementar n.º 1.241, de 08 de maio de 2014, a área territorial do município de Itapetininga”), existe a tentativa de integrar Itapetininga à RM de Sorocaba.

Tal integração se justifica, entre outros pontos, assim:

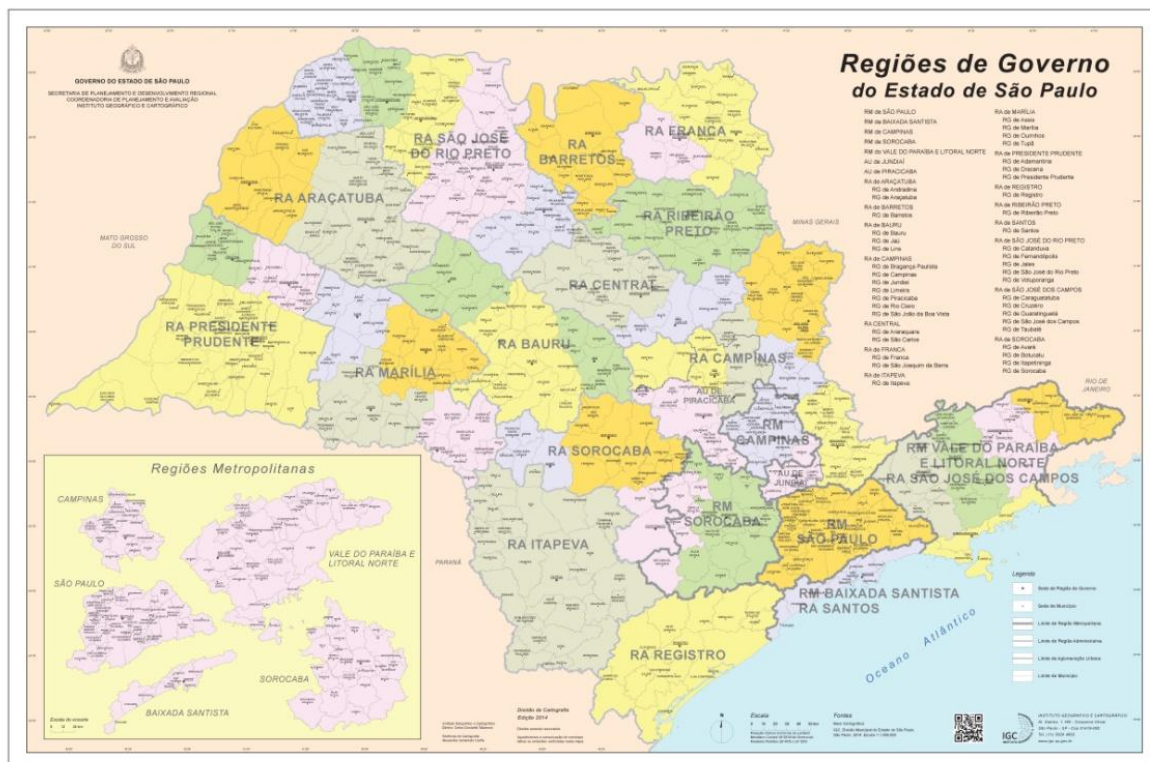
[...] Através de estudos e análises efetuadas concluiu-se que o município de Itapetininga mantém um fluxo de pessoas e relações de âmbito econômico e social das mais intensas com o município de Sorocaba, sede da Região Metropolitana de Sorocaba, assim como com outros municípios limítrofes da região, em conformidade com as regras constantes do artigo 6º da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994, diploma esse que estabelece as diretrizes para a Organização Regional deste Estado. Os estudos realizados procederam à caracterização da área sugerida, com destaques para análise dos sistemas urbano (estrutura urbana e eixos de transporte), socioeconômico (aspectos demográficos e fatores de desempenho econômico) e ambiental (recursos hídricos, saneamento e áreas de proteção ambiental, além do exame dos fluxos existentes entre os municípios da região, tais como os deslocamentos pendulares).

Por si só a ligação histórica entre Itapetininga e Sorocaba já justificaria a inclusão da primeira na Região Metropolitana de Sorocaba. Mas com o passar dos anos este vínculo tem se acentuado, a duplicação da Rodovia Raposo Tavares SP 270, concluída este ano é um exemplo. Diariamente muitos itapetininganos vão a Sorocaba fazer tratamento de saúde, estudar, trabalhar, fazer compras, etc... Também não podemos esquecer que Itapetininga é a segunda maior cidade em população e importância econômica, no eixo das principais rodovias da Região Metropolitana: Castelo Branco e Raposo Tavares.

[...] A definição de Região Metropolitana descrita na Constituição Estadual como sendo “o agrupamento de municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração socioeconômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes”, já justifica este pedido.

[...] Além dos benefícios acima citados, em relação ao planejamento regional, a entrada de Itapetininga na Região Metropolitana de Sorocaba irá favorecer aqueles que pretendem entrar no Programa “Minha Casa, Minha Vida”, já que há um aumento no valor permitido do financiamento habitacional, atingindo R\$ 190 mil reais, ou seja, um acréscimo de R\$ 75 mil reais em relação ao valor atual autorizado (São Paulo, 2014).

Mapa 03: Regiões Administrativas do Estado de São Paulo.



Fonte: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/regioes_adm.html>, acessado em 28/11/2014.

Nesse íterim, enquanto não se vê integrada à RM de Sorocaba, e com o intuito de traçar planos políticos para o desenvolvimento da cidade e região,

Itapetininga poderá se tornar um Aglomerado Urbano, título que já utilizado por outros municípios, como Piracicaba³¹. O aglomerado inclui cidades próximas social e geograficamente, possibilitando a criação de um consórcio que impulse o crescimento das mesmas.

Segundo o site <engenhariacivil.com>³², a definição de aglomerado urbano é:

Área como tal delimitada em plano municipal de ordenamento ou, na ausência de delimitação, o núcleo de edificações autorizadas e respectiva área envolvente, possuindo vias públicas pavimentadas e que seja servido por rede de abastecimento domiciliário de água e de drenagem de esgotos, sendo seu perímetro definido pelos pontos distanciados 50 m. das vias públicas onde terminam aquelas infraestruturas urbanísticas.

Mapa 04: Sistema de transportes do Estado de São Paulo



Fonte: <<http://www.sp-turismo.com/mapa.htm>>, acessado em: 09/12/2014.

³¹ Disponível em <<http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/piracicaba.jsp>>, acessado em 13/07/2015.

³² Disponível em <<http://www.engenhariacivil.com/dicionario/aglomerado-urbano>>, acessado em: 11/12/2014.

A figura acima é a ilustração do sistema de transporte do Estado de São Paulo, mostrando que tal sistema é favorável ao crescimento da economia do Município de Itapetininga, que tem se baseado predominantemente na produção agropecuária (cultura de batata, cana-de-açúcar, grama, laranja, além de bovinocultura, silvicultura e avicultura), sendo beneficiado por sua localização em relação a acessos a outros municípios, estados, aos grandes centros metropolitanos de Sorocaba, Campinas e Grande São Paulo (e, por meio desta, ao Porto de Santos), e também dos países do MERCOSUL³³.

Em 2010,

A produção rural de Itapetininga se manteve na primeira colocação do Estado de São Paulo referente ao Produto Interno Bruto (PIB). A informação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O valor corrente é R\$ 586,9 milhões, o que posiciona a cidade no 8.º lugar no ranking nacional do setor. Os dados publicados na semana passada são relativos a 2011. O município, em 2010, teve um PIB agrário estimado em R\$ 466 milhões. Em um ano o valor cresceu mais R\$ 120 milhões em relação ao ano anterior. “O momento da agricultura é favorável em todo país, incluindo nossa cidade. Nos mantemos no primeiro lugar do Estado devido a fatores como variedade de safra e especialização do produtor rural”, diz o produtor e secretário do Sindicato Rural de Itapetininga, José da Rosa Seixas. No ranking nacional, a cidade caiu uma posição. Da 7.ª colocação no PIB agrário brasileiro em 2010, Itapetininga aparece, atualmente, no 8.º lugar. “Não reduzimos a produção”, diz Seixas. “Muito pelo contrário, o que acontece é que a cidade de Jataí que está na nossa frente teve alguns índices melhores. Mas, nos mantivemos como um dos 10 principais produtores rurais do Brasil”³⁴.

Paralelamente, nos últimos anos Itapetininga tem crescido também nas áreas industrial e comercial, favorecendo a implantação de vários condomínios residenciais, casas populares e outros produtos imobiliários.

O Município foi, ao longo das primeiras décadas do século XX, destaque no Estado na área da Educação.

³³ Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento. **Itapetininga: Guia de Infraestrutura**. Secretaria do Gabinete. 1991. Disponível em: <http://www.itapetininga.sp.gov.br/doc/paginas/itapetininga_guia.pdf>, acessado em: 28/11/2014.

³⁴ Disponível em < <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/41363/PIB-agropecuario-e-o-primeiro-do-Estado-diz-IBGE> > (notícia publicada originariamente em sexta-feira, 27 de dezembro de 2013 às 00:14, baseada em IBGE 2013 ano base 2011 – valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária), acessado em 17/07/2015.

Isso é histórico: desde que recebeu a primeira escola normal (formadora de docentes alfabetizadores, atuais Profissionais da Educação Básica Inicial – PEB-I, de Educação Infantil e Ciclos I e II/até 5.º Ano do Ensino Fundamental) do Interior, como comentado por Galvão Junior (1956) em 1894, e que é atual Escola Estadual Peixoto Gomide, ainda em funcionamento:

[...] Na gestão de Bernardino de Campos como presidente do Estado, tendo Cesário Motta Jr. como Secretário do Interior, em 20 de julho de 1894, foi designada a cidade de Itapetininga para sede de uma Escola Normal, fato que se deve ao prestígio do chefe político local, Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, e sua aliança com o senador Peixoto Gomide, que mantinha residência temporária no município.

[...] A primeira a ser instalada, a 14 de janeiro de 1895, em prédio alugado pela Câmara Municipal, foi a Escola Modelo Preliminar, sendo nomeado para dirigi-la Antonio Augusto da Fonseca, que então possuía um externato na cidade.

[...] No dia 6 de fevereiro de 1897, quando Campos Salles era presidente do Estado, e Dino Bueno o secretário do Interior, foi criada por decreto a Escola Complementar de Itapetininga e instalada a 29 de março desse mesmo ano, também em prédio alugado pela Câmara Municipal. Em 1899, foram concluídos dois prédios e o terceiro ficou nos alicerces. A 8 de março de 1900 a Escola Modelo Preliminar e a Escola Complementar foram finalmente alojadas em local construído especialmente para elas.

[...] A Escola Normal alterou significativamente a vida cultural da cidade, à medida que passou a receber alunos de diversas localidades, e também porque, no começo do século XX, ali formaram-se 25% dos professores do Estado. O Anuário de Ensino de 1913 registra que, até aquele ano, 656 professores (242 homens e 414 mulheres) haviam sido diplomados ali³⁵.

O mesmo quadro se mantém ainda hoje, com as médias nos indicadores educacionais das avaliações SARESP³⁶ do Município se mantendo acima da média geral dos municípios do Estado.

³⁵ Disponível em < http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1895_Escola_Modelo_de_Itapetininga.pdf >, acessado em 17/07/2015.

³⁶ “O **Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo)** é uma prova aplicada anualmente, desde 1996, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) para avaliar o **Ensino Básico** na rede **estadual**. Em 2007, passou a utilizar a metodologia dos exames nacionais (**SAEB e Prova Brasil**), o que permitiu a comparação de resultados, que são utilizados para calcular o **Idesp** (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo). Até 2012, a prova era aplicada em alunos do 3.º, 5.º, 7.º e 9.º anos do Ensino Fundamental e da 3.ª série do Ensino Médio. Desde 2013, porém, as crianças do 2.º ano do Ensino Fundamental também prestam a prova, que foi realizada nos dias 11 e 12 de novembro. A mudança acontece em razão da determinação da Secretaria da Educação do Estado em adotar os 7 anos de idade como a nova meta etária de alfabetização em São Paulo, enquanto no Brasil a meta é de 8 anos” (disponível em <

O Município possui 26 Escolas Estaduais – atendendo Ensino Fundamental Ciclos I, II e III e Ensino Médio, 25 Escolas particulares – oferecendo desde o Ensino Infantil ao Médio e Cursos Profissionalizantes, 77 Escolas Municipais – Oferecendo Creche, Atividades Complementares, Ensino Infantil e Ensino Fundamental Ciclo I, 2 Escolas Técnicas e 1 Centro Profissionalizante Municipal. Além disto, possui vários programas de assistência social conveniados a Prefeitura que visam capacitar a população para o desenvolvimento que se pretende atingir num futuro próximo.

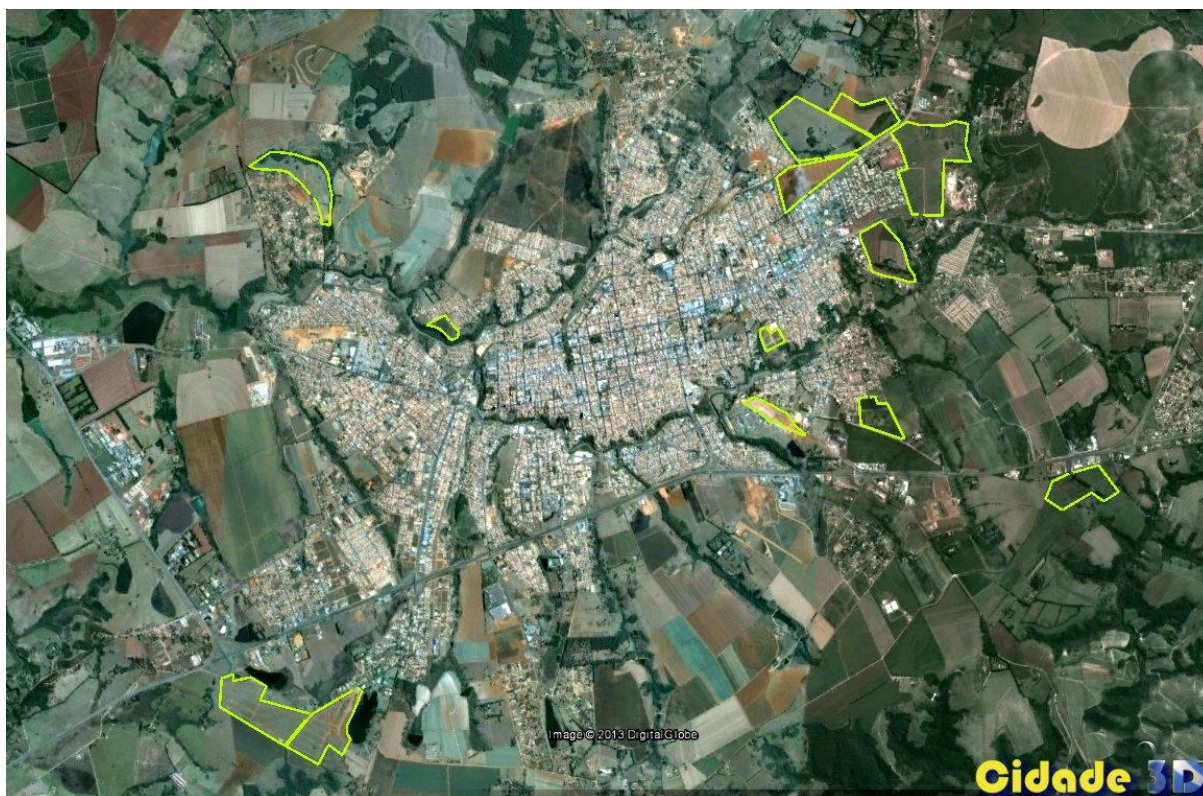
O Ensino Superior também cresceu muito na cidade, possuindo hoje 6 faculdades particulares, 1 pública (FATEC), Instituto Federal de São Paulo – com cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes e Licenciatura (Física). Além destes, temos ainda o Polo EAD Chopin Tavares de Lima com cursos oferecidos por: UFSCar, UNIFESP, Universidade de Brasília, ENFSP FIOcruz e Universidade Federal Fluminense oferecendo vários cursos de Graduação, Licenciatura, Especialização e Pós-Graduação.

E, como tem-se mantido acima da média do Estado no mencionado SARESP, foi e manteve-se conhecido como a Terra das Escolas, a ponto de, em 1983, a Câmara Municipal haver tentado oficializar o apelido.

Com relação à segurança, a população dispõe de Guarda Municipal, Policias (civil, militar, ambiental e bombeiros), o que proporciona uma relação de tranquilidade entre os habitantes, fazendo com que, apesar de abrigar um presídio e estar à meia distância de pelo menos outros dois (na vizinha Guareí e em Capela do Alto), a cidade apresente baixos índices de violência em relação aos demais municípios do mesmo porte.

Assim, em 2000 Itapetininga apresentava aproximadamente 125 mil habitantes, para que se verifique a evolução da paisagem do Município, serão utilizadas as imagens abaixo, onde se observará o surgimento de novos loteamentos num espaço de menos de 10 anos.

Mapa 05 a : Evolução na paisagem urbana do Município.



Bosque dos Pinheiros
(Jardim Marabá)



Golden Ville – Itapetininga
– Jardim Marabá



Gramado (Bairro
Taboãozinho)



Nova Itália (Vila Arlindo luz)



Nascentes Ecoresidencial
1 (Vila Mazzezy)



Portal dos Pinheiros (Vila
Popular)



Reserva das Paineiras 1



Residencial Lago dos Ipês
(Jardim Marabá)



Residencial Marina 1 (Vila
Piedade)



Residencial Spazio Verde
Itapetininga 1

Fonte: <<http://cidade3d.blogspot.com.br/2013/03/lancamentos-loteamentos-em-itapetininga.html>>, acessado em 28/08/2014.

Além destes, destacam-se ainda Condomínio Belo Horizonte (Vila Belo Horizonte), Condomínio Josué (próximo ao atual Moradas de Itapetininga), Condomínio Nov'Itália (Vila Arlindo Luz), Residencial Oasis Itape (Vila Piedade), entre outros.

Desta forma, vê-se que a cidade vai-se modelando à medida das necessidades e exigências cada vez maiores de seus habitantes:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos e idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais (SANTOS, 1988, pág. 23).

Seu bioma é formado por remanescentes de Cerrado e Mata Atlântica, o clima é ameno e a infraestrutura da cidade conta com água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo, luz elétrica, asfalto, saúde, educação.

2.2. Qualidade de vida e meio ambiente:

Monteiro, citado por Nucci (2008), frisa:

[...] as pressões exercidas pela concentração da população e de atividades geradas pela urbanização e industrialização concorrem para acentuar as modificações do meio ambiente, com o comprometimento da qualidade de vida (Nucci, 2008, p. 20).

Segundo Carlos (2007), “a realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje” (CARLOS, 2007, p. 19).

O aumento acelerado da população mundial e a exigência cada vez maior de facilidades e melhores condições de vida no que diz respeito a transporte, tecnologias, moradia, etc., tem exigido que as cidades se urbanizem num ritmo acelerado, o que acaba por ser devastador para espaços verdes importantes para a qualidade de vida humana, esses espaços envolvem muito mais do que os interesses de uma sociedade consumista.

O consumo desenfreado tem gerado prejuízos sérios no que se refere ao relacionamento do homem com a natureza, pois tem diminuído significativamente as áreas verdes da região.

Para evitar que a sociedade seja prejudicada em relação à preservação de fontes de energia e diminuição da poluição, são instituídas pelos governos federal, estadual e municipal ações visando a conservação da natureza.

A alteração de porções significativas dos recursos naturais disponíveis interfere diretamente na qualidade de vida da população em suas necessidades básicas, as pessoas vão adquirindo problemas de saúde advindos das situações de urbanidade que as cerca, principalmente nas questões respiratórias, cardiovasculares e psicológicas, como asma, pressão alta, dores de cabeça, depressão, irritação, etc.

Como expõe Cozza (2013), em sua Tese de Doutorado em Ciências, afirmando que: “A exposição à poluição do ar, a curto e longo prazo, está relacionada ao aumento da morbimortalidade, principalmente por doenças cardiorrespiratórias” (COZZA, 2013, p. 30).

Segundo Braga e Carvalho (2004), a cidade é uma extensão da casa do homem e deve ser agradável para todos, pois “demanda relações sociais boas e bonitas entre os homens e com a natureza” (BRAGA e CARVALHO, 2004, pp. 10, 11 e 12), sendo fato que cidades que exercem um melhor relacionamento com a questão ambiental são as que apresentam melhor qualidade de vida; o mesmo texto afirma que o crescimento muitas vezes produz conflitos a ponto de “saturar a capacidade de suporte da infraestrutura urbana e do meio ambiente” (BRAGA e CARVALHO, 2004, pp. 10, 11 e 12).

O melhor meio para que uma cidade se desenvolva de forma sustentável e com qualidade de vida é o planejamento urbano, levando em conta questões que envolvam o bem estar e a satisfação das necessidades da população local. O mesmo é feito através da análise de indicadores sociais:

[...] Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANUZZI, 2001, p. 2).

Estes indicadores medem o nível de dificuldade enfrentado pela população, possibilita o planejamento de meios para que esses problemas sejam dirimidos e/ou diminuídos, além de indicar se os objetivos traçados estão sendo alcançados:

Indicadores sociais permitem a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Eles apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente (JANUZZI, 2005, p. 141).

Por meio desses indicadores, a população consegue perceber se suas reivindicações estão sendo atendidas pelas autoridades:

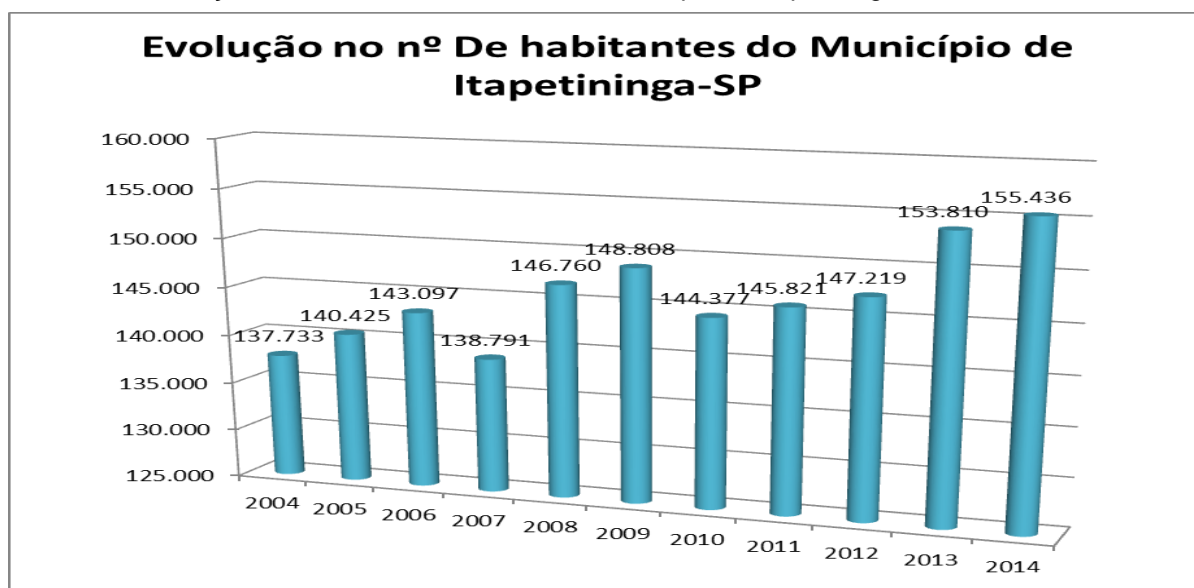
Os indicadores, além de condensarem informações para a tomada de decisões referentes às escolhas políticas, têm também a função de espelhar a forma e os rumos que toma essa coisa gigantesca e misteriosa que é o coletivo. O cidadão comum é levado a perceber a sociedade na qual está mergulhado, não apenas através das sinalizações e interpretações daqueles que têm a tarefa de perscrutar o cenário social no seu conjunto e nos seus rumos e horizontes (HERCULANO, 2000, p. 11).

A fim de que a sociedade seja respeitada em suas necessidades inclusive no que diz respeito à preservação do meio ambiente e diminuição das desigualdades e afastamento da população de baixa renda para locais menos favorecidos, Arantes (2002) indica parâmetros a serem seguidos:

[...] os urbanistas deveriam reivindicar a adoção de indicadores sociais e urbanísticos que pudessem constituir parâmetros/antídotos contra a mentira que perpetua a desigualdade. A disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão (ARANTES et al., 2002, p. 168).

Pode-se observar, pelo quadro abaixo, a evolução no número de habitantes do Município de Itapetininga nos últimos anos:

Gráfico 02: Evolução no número de habitantes do Município de Itapetininga



Fonte: http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_08/Reg08_Itapetininga.htm, acessado em 11/12/2014.

O corpo é diretamente influenciado por aquilo que lhe chega aos olhos, ouvido, tato, olfato, etc.

Santos (2006, pág. 66) diferencia paisagem de espaço:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as herança que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas que as anima (SANTOS, 2006, pág. 66).

Nesse ponto, pode-se dizer que paisagem é o resultado da relação do homem com o espaço em diferentes períodos e processos históricos.

Apesar dos inúmeros exemplos de áreas verdes que possui, o Município de Itapetininga ainda mantém-se abaixo do índice recomendado como mencionado no Site do Jornal G1 (dia 16/09/2013)³⁷, e, embora sendo o terceiro do Estado em área territorial, possui apenas 9% do território urbano coberto por vegetação nativa.

³⁷ Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2013/09/numero-de-areas-verdes-esta-abaixo-do-ideal-em-itapetininga.html>>, acessado em 21/08/2014.

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 52, de 2013³⁸, que dispõe sobre a criação do Selo Árvore do Bem para os municípios que possuem ao menos uma árvore por habitante, sendo que estas devem ser preferencialmente nativas e em locais públicos, não sendo incluídas no cálculo as que estiverem plantadas em áreas privadas. Este Projeto prevê que os Municípios que conseguirem o selo terão prioridade na obtenção de recursos para obras nas áreas de saneamento e infraestrutura, transporte, educação, habitação, etc.

A criação do Selo Árvore do bem, ora proposto, destina-se aos municípios do país com mais de 100.000 habitantes, de forma a garantir para os moradores locais, no mínimo, a existência de uma árvore para cada pessoa dentro das áreas urbanas, e contribuindo, dessa maneira, para um avanço considerável na melhoria direta da qualidade de vida da população brasileira em geral (Projeto de Lei da Câmara, n.º 52, de 2013).

Conforme informação publicada no jornal acima citado, na data da publicação Itapetininga possuía um terço deste número, com o avanço da urbanização a extensão do território ocupado por vegetação, tem diminuído significativamente, isto pode ser exemplificado com a retirada da mesma da Praça dos Amores para reforma (com parceria com a Nishimbo do Brasil Indústria Têxtil), o que gerou protesto de ativistas da região como noticiado no Jornal Correio de Itapetininga³⁹ no dia 27 de junho de 2014. Entre os objetivos da reforma, está o de alargamento das ruas ao redor da praça.

Na Lei municipal n.º 5115, de novembro de 2006⁴⁰, que “institui o programa de parceria para conservação de praças públicas e de esportes e áreas verdes, e dá outras providências”, um dos objetivos citados é:

³⁸ Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=133312&tp=1>>, acessado em 21/08/2014.

³⁹ Disponível em <<http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/43581/grupo-protesta-contracorte-de-arvores>>, acessado em 21/08/2014.

⁴⁰ Disponível em <<https://www.leismunicipais.com.br/a/sp/i/itapetininga/lei-ordinaria/2006/512/5115/lei-ordinaria-n-5115-2006-institui-o-programa-de-parceria-para-conservacao-de-pracas-publicas-e-de-esportes-e-areas-verdes-e-da-outras-providencias>>, acessado em 11/12/2015.

“Promover a participação da sociedade civil e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção das praças públicas, de esportes e áreas verdes do Município de Itapetininga, em conjunto com o poder Público Municipal”.

Retomando que, de acordo com Braga e Carvalho (2004), a cidadania é mais do que um conjunto de direitos, envolvendo a participação responsável do cidadão em tudo o que se refere à vida em sociedade, percebe-se que cabe às autoridades governamentais desenvolver atividades no sentido de “lutar pela integração social, conservação do ambiente, justiça social, solidariedade, segurança, tolerância, afirmação da sociedade civil versus arbitrário do poder” (BRAGA e CARVALHO, 2004, p. 15).

Conforme Carlos (2007), “A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolvem o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização nos dias de hoje” (CARLOS, 2007, pág. 19).

CAPÍTULO 3: ITAPETININGA E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Segundo o que se sabe,

Itapetininga possui uma área com cobertura florestal nativa remanescente de 3.740, 42 ha, que é correspondente a aproximadamente 21, 7 % da sua área territorial (RELATÓRIO TÉCNICO FINAL Nº 268-04/SMA/IF, 2007), além de uma extensa malha hídrica e abundância em recursos hídricos revestindo o município tanto superficialmente como subterraneamente. O município é servido por vários rios, destacando-se o rio Itapetininga que se encontra a 8 km do centro da cidade. Esta é recortada com as bacias dos ribeirões dos Cavalos e do Chá, os quais perfazem 23.000 metros de extensão e se unem ao Ribeirão Ponte Alta, afluente direito do rio Itapetininga. Seu principal manancial, o rio Itapetininga, apresenta Q7/10 de aproximadamente 4,5 m³/s (FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO, 2009). Dentro da área urbana existem aproximadamente 39 cursos d'água, sendo que a maioria deles sofre com problemas de ocupação irregular das suas áreas de preservação permanente. Dentre as ações prioritárias da agenda verde para o município, pode-se elencar a necessidade de promover a recuperação das áreas de preservação permanente das nascentes e córregos localizados na zona rural e urbana do município. Pela sua grande dimensão territorial, o município necessita de ações prioritárias referentes à recuperação das áreas de preservação permanente do rio Itapetininga e seus afluentes (p. 6) ⁴¹.

3.1 Projetos envolvendo a conservação do meio ambiente

Conforme citado no capítulo 1 deste trabalho, o Município possui inúmeras áreas verdes públicas (praças em quase todos os bairros, rotatórias, áreas de convivência, etc.) e particulares (clubes de campo, Fishing Park, etc.), a exemplo do que se segue (foto aérea com a localização do Fishing Park – com parque, pesqueiro, piscina, salão para festas, etc.).

E nesse contexto, e falando do relacionamento do município com as áreas verdes públicas, há que se observar que algumas não apresentam um bom estado

41

Disponível

em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5G1RiMYhM2wJ:itapetininga.governomunicipal.com.br/licitacao/index/download/ano/2015/numero/5/modalidade/4/midia/129469+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>, acessado em 01/12/2015.

de conservação e são pouco frequentadas, porém as autoridades municipais têm apresentado projetos para sanar o problema.

Mas um exemplo significativo do descaso é observável no tocante ao Parque Municipal São Francisco de Assis – Mato Seco. Com uma área de 326,7 mil metros, o Parque foi instalado em 1979⁴², numa área onde em 1912 estava localizado o reservatório de água que abastecia toda a população do município, mas em 1982 o mesmo foi fechado. Foram feitos estudos no local e constada diversidade de espécies de árvores e animais (alguns em extinção).

No período em que permaneceu aberto, recebia visitantes de várias cidades do Estado⁴³.

Essa situação parece permanecer, visto que se pode observar, como na foto abaixo, bambus tomando conta de boa parte do espaço reservado para o parque.

[...] De uma maneira geral, florestas dominadas por bambus apresentam-se estruturalmente alteradas, especialmente nos estratos intermediários e no dossel. Possuem menor riqueza florística e densidade de árvores, e a redução da área basal arbórea total varia entre 30 e 50% (8-11). A presença do bambu também reduz entre 29 e 39% a biomassa aérea da floresta (12; 13) e entre 30-50% o potencial de armazenamento de carbono (2). Ele pode afetar ainda o influxo de outras espécies arbóreas, enfraquecer a habilidade competitiva das espécies com baixa capacidade de adaptação quando o ambiente passa a ser dominado pelo bambu, alterar a composição florística, reduzir em quase 40% o número de espécies na amostra de um hectare, e causar uma redução na diversidade [...]⁴⁴.

⁴² Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/03/parque-ecologico-continua-fechado-em-itapetininga-sp.html>>, acessado em 22/06/2015.

⁴³ Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/07/parque-continua-sem-manutencao-e-fechado-em-itapetininga-sp.html>>, acessado em 23/06/2015.

⁴⁴ Ferreira, E. J. L. **O bambu é um desafio para a conservação e o manejo de florestas no sudoeste da Amazônia**. Cienc. Cult. vol.66 no.3 São Paulo Sept. 2014. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000300015&script=sci_arttext>, acessado em 12/10/2015.

Figura 06: Infestação de Bambu no Parque São Francisco de Assis



Fonte: Cedida por: Professor Marcelo dos Santos Silvério <profmarcelo@uol.com.br>, em 08/07/2015.

O bambu (bem como seus parentes, vara-de-pescar e taquara) é naturalmente abundante no Estado de São Paulo, haja vista que por muito tempo a sua abundância, bem como a de fetos arborescentes, fez parte da classificação do clima paulista (especialmente nas áreas chamadas hoje de clima Aw, e nas regiões historicamente ligadas ao café) como “clima tropical/subtropical chinês”, por semelhança com abundâncias de bambus e fetos arborescentes no sul (tropical) e sudeste (subtropical) da China.

Isso revela o quanto o bambu é naturalmente prolífico mesmo no Parque Municipal São Francisco de Assis – Mato Seco, de Itapetininga-SP, mas quando se percebe que está a tomar conta de uma área sufocando as demais espécies, então

é um caso de descontrole que recebe, entre outros nomes, o de infestação de bambus, e torna-se problema.

No caso em tela, percebeu-se a infestação, mas ainda não olhares de especialistas ambientais sobre o fato.

3.1.1 Projeto Mato Seco

Em 1999, o Grupo de Espeleologia Laje Seca (o nome do Grupo teve origem no significado do nome do município onde está situada sua sede – Itapetininga⁴⁵) elaborou o Projeto “Parque Municipal São Francisco de Assis – Mato Seco”, diante da necessidade da população local ter um espaço para convivência com a natureza, considerando que a área do Parque possui potencialidade turística, cultural e ecológica.

A elaboração do projeto foi feita mediante discussões com profissionais de várias áreas, destacando-se engenheiros, biólogos, administradores de outros parques, comerciantes, agrônomos.

Conforme o texto do referido projeto, Itapetininga possui cachoeiras, mata ciliar, lagoas:

Com tudo isso por perto, podemos agora lembrar que Itapetininga, além de pequenas cachoeiras, mata ciliar nas marginais bastante exuberante, lagoas maravilhosas, um *cannion* com até 25 m de altura na estrada do antigo porto, um rio que enche de orgulho a cidade, possui também uma pequena em área, mas potencialmente grande reserva ecológica: O Parque Municipal São Francisco de Assis, no bairro do Mato Seco (SILVÉRIO et al, 2005, p. 17).

O fato de boa parte dos moradores não ter conhecimento dos atrativos naturais da cidade prejudica o relacionamento da população com o meio ambiente, e mostra a necessidade de tornar pública a estruturação das áreas citadas, tão logo as mesmas sejam capacitadas para receber visitantes e a restauração do parque.

⁴⁵ Disponível em <<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/sobre/1204/historia-de-itapetininga>, acessado em 23/06/2015.

Para Silvério et al (2005): “Itapetininga e as cidades vizinhas possuem atrativos turísticos naturais que são pouco aproveitados e que poderiam, num trabalho conjunto, fortalecer e atrair o turismo para a região” (SILVÉRIO et al, 2005, p. 16), o que favoreceria o desenvolvimento econômico da região. E ainda, falando sobre educação ambiental: “A educação ambiental mostra às pessoas que os recursos naturais estão disponíveis também para o homem, que tem a responsabilidade de conservá-los porque os ecossistemas naturais são frágeis” (SILVÉRIO et al, 2005, p. 17). Notando que os recursos naturais disponíveis, como já aludido anteriormente, são esgotáveis e, pois, devem ser utilizados com responsabilidade.

Além do que já foi citado, o projeto ressalta a importância histórica do local por possuir um lençol d’água muito significativo, visto que a água foi represada para atender parte da população do município e que os canais de distribuição funcionavam por gravidade, passando por vários terrenos particulares até o campo do CASI/Clube Atlético Sorocabano de Itapetininga e até a rua central Dr. Virgílio de Mello Rezende, até a construção, em 1969, da nova Estação de Tratamento de Água no Bairro da Chapadinha, com captação de água do Rio Itapetininga, aos poucos foi superando as reservas de menor poder de captação, entre elas a do Mato Seco, que, com a obsolescência, tornou-se a partir do início da década de 1980, Parque Municipal, com boa frequência nos finais de semana.

No início de 1968, o Departamento de Águas da Prefeitura tornou-se autônomo, mais tarde denominando-se Superintendência de Água e Esgoto – SAE, e em 31 de outubro de 1980, extinguiu-se, passando o tratamento de água e esgoto para a responsabilidade da empresa de capital aberto com maioria acionária ligada ao Governo do Estado de São Paulo SABESP⁴⁶.

⁴⁶ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, empresa de economia mista e capital aberto com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (Bovespa) e de Nova York (NYSE). O governo do Estado de São Paulo detém 50,3 % das ações da Sabesp. As demais são negociadas na BM&F Bovespa (24,3 %) e na NYSE (25,4 %), havendo sido em 2004/2005 considerada pela M&W Water Yearbook a sexta maior operadora de serviços de água e esgoto do mundo, atuando em serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos em 364 dos 645 municípios paulistas, incluindo a capital. Vinte e seis milhões de pessoas dependem dos serviços

Diante de razões “ambientalistas e histórico-culturais achou-se fortemente embasado para elaborar esta proposta de reabertura do Parque Municipal São Francisco de Assis (Parque Mato Seco) com critérios bem planejados” (SILVÉRIO et al, 2005, p. 19).

Isso revela ser possível, consoante o fulcro deste trabalho, num primeiro momento levar a população a frequentar e, por meio do apelo emocional, começar a perceber a importância de ter e conservar as áreas verdes, e que isso pode ser a semente para fazer disso o início do desenvolvimento da responsabilidade de cada um no que se refere ao relacionamento com o meio ambiente:

A proposta de abertura de um Parque Municipal em Itapetininga, de acordo com os princípios que o Grupo de Espeleologia Laje Seca acredita ser social, ecológico e culturalmente corretos compreende a aproximação da população da cidade com o meio ambiente da população da cidade com o meio ambiente e a realização de atividades didáticas nas trilhas, nascentes e lagos do local (SILVÉRIO et al, 2005, p. 20).

Aqui cabe ressaltar os seguintes cinco pontos a serem percebidos:

- há pessoas que são expoentes da própria comunidade que se preocupam e ocupam-se efetivamente da questão sócio-ambiental;
- há um (pelo menos, o outro poderiam ser o de canyon e o já lançado Projeto Temático Lagoas de Itapetininga) projeto sócio-ambiental em andamento;
- então, visitas constantes de grupos de crianças em idade escolar e com vínculo com projetos escolares (Ciências Biológicas e Biologia, além de Geografia, são disciplinas afins) à região chamariam a atenção dessas mesmas crianças e dos adultos para a questão sócio-ambiental de forma prática e concreta;
- paralelamente às experiências dos alunos com idade escolar, há um potencial turístico-econômico nesse projeto e em projetos afins (com os do

canyon e o já lançado Projeto Temático Lagoas de Itapetininga, e outros que podem advir);

- esse conjunto de ações (trazer turistas e, alternadamente, crianças e projetos escolares), a médio e longo prazo, abrirão as mentes para a necessidade tanto ética e pró-saúde, quanto econômica-turística da preservação de áreas verdes no município, mormente próximas ao núcleo urbano.

Figura 05: Lago no Parque São Francisco de Assis



Fonte: Cedida por: Professor Marcelo dos Santos Silvério [profmarcelo@uol.com.br] em 08 de julho de 2015.

Porém, apesar desses cinco pontos e de toda potencialidade apresentada pelo projeto, localização privilegiada (situa-se a aproximadamente 7 Km da área

urbana), possuir 9 nascentes, entre outras características já citadas, o Parque recebe poucas visitas:

“o parque se encontra aberto às visitas escolares, sempre monitoradas pelos funcionários da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para realização de atividades de Educação Ambiental e também para pesquisas científicas”⁴⁷.

3.1.2. Projeto Temático Lagoas de Itapetininga

De acordo com o “Projeto Temático Lagoas de Itapetininga”⁴⁸, o Município “conta com uma quantidade expressiva de lagoas distribuídas por toda sua extensão territorial”.

E, a partir dessa premissa, esse projeto objetiva recuperar o entorno das principais lagoas, caso como o da Lagoa Regina Freire, no bairro suburbano Estância Conceição (médio-alto padrão), antigamente chamada “Lagoa Silvana” e hoje mais conhecida como “Lagoa da Chapadinha”, região de muitas nascentes, brejos e banhados naturais (hoje, quase todos secados ou, para pastos de pequenas propriedades pseudo-rurais, ou para loteamentos médio e médio-alto padrão, sumariamente aterrados) e que já serviu de esgoto para as antigas instalações da Escola Agrícola da cidade (e a muitas casas da Estância Conceição e vilas Apolo e São Gonçalo, justo-próximas), encontrando-se, hoje, com infestações frequentes de sanguessugas, além das espadanas-do-brejo (localmente chamadas biris e vistas, ao contrário das sanguessugas, com bons olhos).

Com a recuperação ambiental e urbanização do local, será criado no local o “Parque Ecológico Lagoa Regina Freire”. A área reservada para o Parque possui um terreno com 168.463,21 m² e a área remanescente da Lagoa é de 41.616,83 m².

⁴⁷ Disponível em: <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/sustentabilidade>, acessado em: 06/09/2015.

⁴⁸ Disponível em: file:///C:/Users/isair.paula/Downloads/2015_5_TP_05_2015_-_TERMO_DE_REFER%C3%80NCIA.pdf, acessado em 14/10/2015.

O “projeto desenvolvido pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e aprovado pelas Associações ligadas ao Bairro⁴⁹”, com recursos no valor de R\$ 150.000,00 viabilizados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema que preveem a construção de platôs, pistas de caminhada, bancos, iluminação e plantio de árvores, com o início das obras estava previsto originariamente para 2012⁵⁰.

A primeira etapa do projeto envolveu o cercamento da área e plantio de mudas de árvores.

Além do interesse turístico pretendido – visto hoje o entorno da lagoa ter seu cercamento em vários pontos danificado para famílias inteiras (apesar das reclamações quanto a fezes de gado bovino que pasta nas margens e da infestação de sanguessugas) irem espontaneamente (sem planejamento, nem infraestrutura alguma) lá se divertir inclusive com pesca, natação, boias, etc. –, o parque também poderá ser utilizado para pesquisas e educação ambiental.

O objetivo geral do projeto é a

“recuperação áreas de preservação permanente, sejam elas nascentes, lagoas, rios, ribeirões e córregos, tendo como foco principal as lagoas do município, que são distribuídas por toda a extensão territorial municipal, em grande quantidade” ⁵¹ (p. 6).

Salienta também o fato de o projeto envolver:

“questões relacionadas à estabilidade geológica, e as ações relacionadas à biodiversidade, ao fluxo gênico de fauna e flora, à proteção do solo, à ampliação da beleza cênica da paisagem, à educação ambiental e ao bem-estar da população local” ⁵². (p. 6).

⁴⁹ Disponível em: <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/sustentabilidade>, acesso em: 06/09/2015

⁵⁰ Disponível em: <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/sustentabilidade>, acesso em: 06/09/2015.

⁵¹ Disponível em: file:///C:/Users/isair.paula/Downloads/2015_5_TP_05_2015_-_TERMO_DE_REFER%C3%80NCIA.pdf, acesso em 14/10/2015.

⁵² Disponível em: file:///C:/Users/isair.paula/Downloads/2015_5_TP_05_2015_-_TERMO_DE_REFER%C3%80NCIA.pdf, acesso em 14/10/2015.

Além disso, envolve a “criação e/ou a manutenção de parques ecológicos, de pesquisa e educação ambiental ou de lazer e de turismo”, em locais como: Córrego do Bairro Central Parque 4L, Ribeirão do Chá (Vila Barth) ao lado do Ginásio Ayrton Senna, Parques lineares e o próprio Parque São Francisco de Assis.

Figura 06: Lagoa Regina Freire



Fonte: Acervo próprio, em outubro de 2015.

3.1.3 Educação Ambiental

A Prefeitura Municipal de Itapetininga, em parceria com o Instituto Florestal e as Secretarias do Meio Ambiente Municipal e Estadual, deu início ao projeto que tem como objetivo preparar alunos de 8 a 10 anos das Redes municipal, estadual e privada, objetivando chamar a atenção, informar, sensibilizar e conscientizar os mesmos sobre:

“conceitos básicos da agenda ambiental, provocando mudanças de comportamento, de valores, de práticas e de atitudes individuais e coletivas, para difundir e consolidar as ideias de qualidade e questões ambientais do planeta de maneira didática, lúcida e interativa que coloca os visitantes em

contato com um ambiente florestal abordando temas ligados à sustentabilidade aliados à preservação, confrontando ambientes distintos de matas naturais e florestas plantadas. Tendo como atração a Sala Ambiente, o Viveiro de Mudas e Trilhas Ecológicas”⁵³.

3.1.4. Viveiro Municipal

A fim de criar mudas para suprir a grande necessidade do Município na preservação do Meio Ambiente, foi inaugurado em 21 de setembro de 2011. Visando a recuperação de matas ciliares e arborização urbana. Árvores de pequenos, médios e grandes portes que não danifiquem as calçadas das ruas e avenidas ou os passeios públicos serão identificadas e cultivadas, além de diversas espécies de mudas nativas, exóticas e frutíferas, flores e arbustos. As plantas que já compõem a nossa flora serrão utilizadas como parâmetro, além disso, serão cultivadas também mudas doadas pela população e adquiridas através de pesquisa de quais seriam adequadas a nossa região.

3.1.5. Quarta Ecológica

Em parceria com o Colégio Objetivo e a Empresa 3M do Brasil, envolve todos os alunos das Escolas Municipais, levando-os em grupos para percorrer trilhas, a fim de conhecer a mata ciliar, canteiros e plantas medicinais.

3.1.6. Arborização

O projeto envolve a revitalização das principais avenidas da cidade contando com a participação de alunos da Rede Municipal de Ensino e atiradores do tiro de guerra.

⁵³ Disponível em: <http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/sustentabilidade>, acesso em:

3.2. Formas de utilização das áreas verdes

As praças de maneira geral são utilizadas por famílias buscando lazer e descanso nos finais de semanas e feriados.

Duas se destacam:

O Horto Religioso:

Situado na Vila Aparecida (final da Rua Virgílio de Resende, que atravessa o Centro, dando fácil acesso ao local, por sua vez também próximo à Estação Rodoviária local e fácil acesso tanto à avenida marginal que contorna o lado sul do Centro da cidade, quanto à Rodovia Raposo Tavares), recebeu instrumentos para exercícios físicos e pista de aproximadamente 4 km para caminhada, significativo atrativo do local.

Figura07: Horto Religioso (Vila Aparecida)



Fonte: Acervo próprio, em outubro de 2015.

O conjunto de avenidas marginais – Av. Marginal do Chá:

Parte da extensão da Marginal indo do cruzamento com a Rua Quintino Bocaiuva até as proximidade do Center Park também possui pista de caminhada (+ ou – 1500 m).

Esse local é muito utilizado para caminhadas e exercícios físicos, principalmente ao lado Ribeirão do Chá (Vila Barth) ao lado do Ginásio Ayrton Senna.

Figuras 08 a 11: Marginal do Chá



Fonte: Acervo próprio, em outubro de 2015.

São bons exemplos de tentativas de criar uma mentalidade proativa a respeito do problema sócio-ambiental: não se trata de festivamente propugnar pela transformação de espaços naturais em santuários, mas, sim, da procura do desenvolvimento de uma mentalidade que contemple o uso responsável dos mesmos.

Essa mentalidade apenas começou em Itapetininga.

3.3. Piracicaba e sua relação com o meio ambiente

O Município de Piracicaba conta, desde o século XIX, com o que localmente chamam os piracicabanos de “Escola Agrícola”, que, de fato, é a “ESALQ/Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’”, nome que homenageia o seu fundador, Coronel Luiz de Souza Queiros, que cedeu uma de suas fazendas para nela implantar um centro de excelência na pesquisa agrícola (Piracicaba foi terra da cana-de-açúcar, depois do café e, após a crise de 1929, voltou para a cana-de-açúcar), que, a partir de 1934, passou a ser parte fundadora da USP/Universidade de São Paulo.

Sobre o Coronel Luiz de Souza Queiroz, pode-se dizer:

Luiz Vicente de Souza Queiroz (São Paulo, 12 de junho de 1849 — 11 de junho de 1898) foi um proprietário de terras e agrônomo brasileiro.

Era o quinto dos quinze filhos de Vicente de Souza Queiroz, o Barão de Limeira, e de Dona Francisca de Paula Souza, sua prima. Neto paterno do Brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz, um dos maiores proprietários de terras da província de São Paulo, conhecido normalmente como "Brigadeiro Luiz Antônio" e de Dona Genebra Pais de Barros Leite.

Em 1857, aos oito anos de idade, seguindo o costume da época, foi mandado à Europa, na companhia de um irmão mais velho, para realizar seus estudos, cursando as Escolas de Agricultura de Grignon, na França, e a de Zurique, na Suíça Alemã. Aos 24 anos retornou ao Brasil, em decorrência da morte de seu pai. Tomou posse de sua herança, que incluía, entre as principais propriedades, a Fazenda Engenho d'Água, em Piracicaba.

A sua primeira iniciativa empresarial foi a fábrica têxtil "Fábrica de Tecidos Santa Francisca", nome dado em homenagem à sua mãe, uma tecelagem de algodão, aproveitando parte das águas do salto do rio Piracicaba como potencial hidráulico para mover suas máquinas, construída em 1874. Com 50 teares, a fábrica, logo de início, emprega 70 operários, tendo a capacidade produtiva de 2.400 metros de pano por dia. Em pouco tempo, com a fazenda fornecendo o algodão e a fábrica produzindo tecidos, alcançou apreciável fortuna.

Foi responsável pela primeira linha telefônica de Piracicaba. Em 1882, instalou postes e fios telefônicos que ligavam a tecelagem à Fazenda Santa Genebra, de sua propriedade. Também foi responsável pelo uso da eletricidade na iluminação pública de Piracicaba: a cidade conheceu a iluminação elétrica muito antes da capital paulista.

Abolicionista militante, Queiroz alforriou todos os escravos de duas fazendas, além de receber e proteger escravos fugidos de outras propriedades.

Em 1880 casou-se com Ermelinda Ottoni de Souza Queiroz (21 de março de 1856 — 7 de abril de 1936), filha do Conselheiro e Senador do Império Cristiano Ottoni. O casal, no entanto, não deixou filhos.

Em 1889, arrematou em hasta pública, a Fazenda São João da Montanha, cuja propriedade, medindo 319 hectares, que pertencia a João Florêncio da Rocha, foi doada ao governo de São Paulo sob a condição de que, em dez anos, ali fosse construída uma escola. Em 1892 a doação foi aceita e, em 3 de junho de 1901 foi inaugurada a Escola Agrícola Prática de Piracicaba.

Em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, à qual passa a integrar a Escola Agrícola Prática de Piracicaba, agora chamada de Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", conhecida pelo acrônimo ESALQ (MOLINA, 2011, pp. 81-96, em consonância com).

Especificamente, também se pode saber mais sobre o Coronel em sites como <<https://www.youtube.com/watch?v=pFpnB4UahMY>> e no verbete "QUEIROZ, Luiz Vicente de Souza" (disponível em <http://wiki.ihgp.org.br/QUEIROZ,_Luiz_Vicente_de_Souza>, acessado em 29/11/2015), de Samuel Pfromm Netto, bem como, sobre a ESALQ, em <<http://www4.esalq.usp.br/institucional/historico>> (texto extraído do Livro do Centenário da ESALQ "Um olhar entre o passado e o futuro", Capítulo 1).

Também cumpre lembrar que a ESALQ desenvolve-se em paralelo com o IAC/Instituto Agrônomo de Campinas, sobre o qual pode-se sucintamente dizer:

Instituto Agrônomo (IAC), órgão de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, tem sua sede no município de Campinas. Fundado em 1887 pelo Imperador D. Pedro II, recebeu a denominação de Imperial Estação Agrônoma de Campinas e, em 1892, passou para o Governo do Estado de São Paulo. A Instituição tem como missão Gerar e Transferir Ciência e Tecnologia para o Negócio Agrícola, visando à otimização dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental. Sua atuação garante ainda a oferta de alimentos à população e matéria-prima à indústria, cooperando para a segurança alimentar e para a competitividade dos produtos no mercado interno e externo. Para isso, conta com um patrimônio humano de 172 pesquisadores científicos e 391 funcionários de apoio, além de 1.279 ha de terras distribuídos entre a Sede, Centro Experimental Central e 4 Centros Avançados de Pesquisa, com casas de vegetação, laboratórios, demais instalações, e infraestrutura adequada aos seus trabalhos.

[...] O IAC, como Instituição de Pesquisa tem como missão: "Gerar e Transferir Ciência e Tecnologia para o Negócio Agrícola, visando à otimização dos sistemas de produção vegetal e ao desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental" (INSTITUTO AGRÔNOMO DE CAMPINAS IAC *INFORMAÇÕES DO SITE www.iac.sp.gov.br; <http://www.fcw.org.br/v3/images/galeria/doc_13_13.pdf>).

Dessa consciência, embora atrelada a ideias econômicas (a preservação do planeta para descendentes também é questão econômica e precisa ser levada em

conta por todos os seres humanos atuais mais do que nunca antes), nasceram os inúmeros projetos que marcam, indiferentemente a quem esteja no poder, as feições principalmente da zona urbana de Piracicaba.

A simples observação de alguns de seus projetos em andamento pode dar uma ideia da diferença de como é encarada e como são tratadas as questões econômica (Itapetininga, apesar de todo seu PIB agrícola, não tem terminal da CEAGESP⁵⁴, dependendo o escoamento de sua produção dos municípios limítrofes de Tatuí – onde existe armazém graneleiro com capacidade para 80 mil toneladas, e Silo horizontal para 20 mil toneladas – e São Miguel Arcanjo e de Sorocaba, a uma hora e meia de viagem) e sócio-ambiental nos dois municípios de idade, distância da Capital e do Litoral, extensão territorial e bases econômicas (as originais de Piracicaba, ligadas a cana-de-açúcar, café e de novo cana-de-açúcar são, obviamente, a agricultura – e não, como Itapetininga optou após a Segunda Guerra Mundial, a pecuária) paralelas.

Também pode-se lembrar que paralelo à CEAGESP, existem iniciativas como a CEASA, de Campinas, que poderiam ter sido, guardadas as devidas proporções, tomadas por Itapetininga, tendo em vista seu PIB agrícola, para melhorar a competitividade e o lucro de seus produtores rurais, e abrir espaço para discussões sócio-ambientais a começar a partir da conservação do solo, matas nativas mananciais a bem do clima e, óbvio, da própria lucratividade (visto que o desmatamento provoca lixiviação e o “reflorestamento” de áreas que nunca foram

⁵⁴ Sobre a CEAGESP: “A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representa um importante elo na cadeia de abastecimento de produtos hortícolas. Ela possibilita que a produção do campo, proveniente de vários estados brasileiros e de outros países, alcance a mesa das pessoas com regularidade e qualidade. Para tanto, conta com duas unidades de negócios distintas e que são complementares: a armazenagem e a entrepostagem. Dessa forma, a Companhia garante, de forma sustentável, a infraestrutura necessária para que atacadistas, varejistas, produtores rurais, cooperativas, importadores, exportadores e agroindústrias desenvolvam suas atividades com garantia de segurança, eficiência e serviços qualificados. Para se ter uma noção da dimensão da empresa, a CEAGESP mantém a maior rede pública de armazéns, silos (grandes depósitos, em forma de cilindro, para guardar produtos agrícolas) e graneleiros (locais que recebem ou abrigam mercadorias a granel) do Estado de São Paulo. Conta também com a maior central de abastecimento de frutas, legumes, verduras, flores, pescados e diversos (alho, batata, cebola, coco seco e ovos) da América Latina – o Entreposto Terminal São Paulo (ETSP). Situado na zona oeste da capital paulista, pelo local

florestas e usando espécies não nativas, como eucaliptos, de áreas desérticas, e pinus, de áreas sujeitas a secas e incêndios florestais naturais, ambas completamente diferentes do clima e solos de Itapetininga, em nada têm contribuído nem para a lucratividade imediata, nem para a preservação de condições seja de lucratividade, seja de bem-estar sócio-ambiental em especificamente para os produtores rurais de Itapetininga, nem, de modo geral, para o cidadão de hoje e de amanhã de Itapetininga).

Sobre CEASA:

Criada em 1972 e operando desde 1975, a empresa cresceu de forma planejada e oferece total infra-estrutura: amplo estacionamento com mais de 3.200 vagas, área para carga e descarga cobertas, rede bancária e serviços de apoio, restaurantes e lanchonetes, segurança 24 horas com câmeras e modernos recursos tecnológicos, Usina Geradora de Energia Elétrica que cobre 100% da necessidade do entreposto, limpeza e higiene exemplares. Recebe produtos de mais de 700 localidades do Brasil e do mundo e abastece por volta de 500 municípios.

Além da administração dos mercados, a Ceasa cumpre um papel social: é responsável pela política de segurança alimentar da cidade de Campinas desenvolvendo diversos projetos como a merenda escolar, o Banco de Alimentos, as hortas comunitárias, a coleta seletiva de lixo e a reciclagem de resíduos, entre outros. Recebendo mais de 15 mil pessoas por dia, a Ceasa gera cerca de 5,3 mil empregos diretos e 20 mil indiretos (disponível em < <http://www.ceasacampinas.com.br/novo/Institucional.asp>>, acessado em 30/11/2015).

Retomando Piracicaba, pode-se dizer que este município não demonstra tanta ênfase na sua posição de produtor rural (visto que, neste setor, apesar das historicamente famosas em todo Estado “pamonhas de Piracicaba”, é na cana-de-açúcar e seus produtos, álcool, principalmente combustível, e açúcares que o município tem seu carro-chefe agrícola), tendo também grande desenvolvimento industrial.

Já em 1870, Pedro Krahenbuhl funda uma fábrica de “trolleys” e tálburis, tida como a primeira grande indústria metalúrgica do Estado, com cerca de 40 operários e que atendia o mercado consumidor paulista. Outros exemplos são a fábrica de arados de João Martins, de 1900, e a funilaria e caldeiraria Vesúvio, criada em 1907 por Vítório Furlani. (SAMPAIO, 1976, apud EMERIQUE e BERNARDINETTI, 2010, p. 07).

Após o término da 2ª Guerra Mundial o território paulista vivenciou uma grande expansão da cana-de-açúcar para regiões mais a oeste, cujos

circulam diariamente cerca de 50 mil pessoas e 12 mil veículos” (Disponível em < <http://www.ceagesp.gov.br/a-ceagesp/institucional/>>, acessado em 30/11/2015).

novos canaviais já nasciam ligados às modernas usinas. As empresas de Mario Dedini se tornavam os grandes fabricantes e fornecedores nacionais de máquinas e equipamentos, sendo, inclusive, embriões de novas firmas do setor, criadas por antigos funcionários, como a Santin S.A. (1948), a Mario Antoni Metalúrgica Ltda (1952), e a Motocana S.A. Máquinas e Implementos Agrícolas (1959). (SAMPAIO, 1976 apud EMERIQUE e BERNARDINETTI, 2010, p. 08).

Além dos ramos que se destacaram, ocorreu também um aumento nas fábricas ligadas aos setores de calçados, setor imobiliário, confecções, de madeira, e o surgimento de novos setores, como de material elétrico, comunicações, e de papel e papelão, o qual veio a assumir grande importância (SAMPAIO, 1976 apud EMERIQUE e BERNARDINETTI, 2010, p. 09).

Entre esses dois polos – desenvolvimento de tecnologia agrícola e desenvolvimento industrial – nasceu um terceiro: o planejamento urbano:

Histórico do Planejamento na Cidade de Piracicaba

No contexto do planejamento urbano brasileiro, o período de 1970 a 1990 apresenta dois momentos, com paradigmas distintos, igualmente importantes para este tema tão relevante quanto imprescindível. O período que se inicia ao final dos anos de 1960, estendendo-se até os últimos anos de 1970, é conhecido como a década dos superplanos. Naquela ocasião, o governo federal adotou uma política desenvolvimentista em que o planejamento urbano teve papel fundamental para que as cidades alcançassem o progresso de forma ordenada.

Para implementar sua política, foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), órgãos encarregados pela regulamentação da política urbana do país. Os Planos Diretores, instrumentos máximos a serem seguidos por expressarem a forma adequada de crescimento para a cidade, pretendiam estudar o município nos aspectos econômico e social, estabelecendo o crescimento físico-territorial, regulando-o por legislações específicas.

Nesse sentido Piracicaba deu os primeiros passos em 1971, com a contratação do Serfhau para a realização do Termo de Referência, que serviria como diagnóstico ao Plano Diretor, que foi elaborado em 1975 sob a coordenação do arquiteto Joaquim Guedes, seguindo as recomendações daquele órgão. A industrialização era então indicada como o principal caminho para o desenvolvimento econômico, destacando-se a pretensão de se alinharem as políticas nos níveis federal, estadual e municipal. Dessa forma, o país conquistaria uma posição de destaque no âmbito internacional.

O Plano Diretor de Joaquim Guedes foi rejeitado pela Câmara de Vereadores, mas as diretrizes nele contidas serviram de base para a implementação do processo de planejamento no município, bem como a instituição de uma legislação urbanística aprovada pela Câmara em dezembro de 1984.

A Constituição Federal de 1988 havia editado instrumentos outros que poderiam melhor atender os municípios. Dentre os paradigmas urbanísticos do período, os parâmetros ambientais ganharam importância para o planejamento da cidade. A ocupação de áreas públicas e privadas por população de menor renda configurava um desafio a ser administrado. O Plano Diretor era indispensável e obrigatório, mas não seria legítimo sem a participação da sociedade, nem eficiente sem um sistema de gestão permanente e adequado.

Dentre os novos instrumentos, que objetivavam dinamizar as políticas de planejamento no Brasil, destacam-se o solo criado; o direito de preempção; as áreas especiais de interesse social, ambiental e paisagístico; as operações urbanas consorciadas.

A partir de 1991 elaborou-se um Plano Diretor com a equipe técnica da prefeitura sob a orientação do arquiteto e urbanista Ari Vicente Fernandes, professor da PUC – Campinas. Esse plano contemplou a participação popular, através de um Fórum, os instrumentos jurídicos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e a questão ambiental, tendo sido estudadas todas as sub-bacias hidrográficas urbanas. Entrou em vigor em 1995.

Em 2001 iniciou-se a revisão do Plano Diretor de 1995, considerando as determinações da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Sob a orientação metodológica do Instituto Pólis, as diretrizes para esse plano foram discutidas e aprovadas em várias reuniões comunitárias nos bairros, duas Conferências da Cidade e dois Fóruns da Cidade, de forma a conferir-lhe legitimidade. Ampliou-se e fortaleceu-se a questão ambiental. O plano, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, foi aprovado em 10 de outubro de 2006, entrou em vigor em setembro de 2007, tendo sofrido algumas alterações posteriores (cf. Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba. Disponível em < <http://ipplap.com.br/site/planejamento/historico-do-planejamento-na-cidade-de-piracicaba/>>, acessado em 30/11/2015).

Esse tipo de preocupação gera trabalhos outros, que revelam preocupação sócio-ambiental em Piracicaba, como este trecho de Teixeira e Amorim (2011):

Percebe-se que o desenho urbano da cidade apresenta-se bastante disperso, com grande taxa de ocupação no entorno do rio Piracicaba, porém há uma continuidade da vegetação que o acompanha. Na margem direita a densidade de ocupação é menor, o que vem a coincidir com as porções ao norte da cidade. À margem esquerda a malha urbana é mais contínua, visível nas partes central, leste, sul e sudeste. Ocorriam grandes lotes de solo exposto a leste e nordeste da cidade, constituindo-se em superfícies quentes.

Em seu trabalho, Polizel (2009, p. 48) destaca que o desenho urbano de Piracicaba está configurado em ruas estreitas e escassas vias arteriais e sinaliza que existem projetos para melhora e modernização da cidade com vistas à desfavelização, à pavimentação de ruas, arborização, remanejamento do sistema viário entre outros.

Comparando-se a carta termal (Figura 2) com a imagem de satélite (Figura 3), as mais baixas temperaturas coincidem com áreas onde existe cobertura vegetal e corpos hídricos, que podem revelar maior conforto térmico.

Os alvos mais quentes são as áreas do tecido urbano, com alta taxa de impermeabilização asfáltica e calçamentos; solos expostos, telhados metálicos industriais. Essas, correspondem às áreas de menor conforto térmico (TEIXEIRA e AMORIM, 2011, pp. 04-05, grifos dados neste trabalho).

Trabalhos como esse, de Teixeira e Amorim (2011), revelam preocupação com a qualidade de vida na cidade e a correlação entre áreas verdes e a otimização da qualidade de vida.

Por conta do exposto, percebe-se que dentro do planejamento urbano, nascem projetos de cunho sócio-ambiental para além do pieguismo “santuários ecológicos”, geralmente abandonados e desrespeitados, e, nesse contexto, dois projetos se destacam: Prêmio de Varejo e Serviço de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e o Viveiro Municipal de Mudanças.

Sobre o Prêmio Empresa Sustentável/Prêmio de Varejo e Serviço de Responsabilidade Social e Sustentabilidade:

O Prêmio de Varejo e Serviço de Responsabilidade Social e Sustentabilidade foi criado em 2008, por iniciativa do PPGA (Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional e Doutorado em Administração da Faculdade de Gestão e Negócios) da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) em parceria com a Acipi - Associação Comercial e Industrial de Piracicaba.

A iniciativa foi gerada a partir de estudos coordenados pelos especialistas Antonio Carlos Giuliani, que estuda o uso de ferramentas estratégicas e mercadológicas pelas empresas do setor de varejo e serviços, e Valéria Rueda Elias Spers, responsável pela análise dos níveis de sustentabilidade nas organizações e a sua conexão com a responsabilidade social. Os profissionais iniciaram o processo de concepção da premiação.

O prêmio tem como objetivo propiciar continuidade, desenvolvimento, mobilização e capacitação, além do reconhecimento das iniciativas e ações de responsabilidade social e sustentabilidade das organizações do setor varejista, de serviços e indústrias de Piracicaba. Nos últimos anos foram premiadas organizações vinculadas aos setores varejista, industrial e de prestação de serviços, de qualquer porte ou natureza que desenvolveram iniciativas de sustentabilidade e responsabilidade social.

Em 2010, foi incluída a modalidade de indústria ao rol dos premiados. Neste período, participaram um número expressivo de empresas do ramo varejista e de serviços e, com a entrada da indústria, a premiação consolidou a participação dos três setores da economia. Desde o surgimento da premiação, algumas organizações foram fundamentais para que ela fosse materializada e colocada em prática. Destaca-se, entre elas, a Ozônio Propaganda, que elaborou a arte do prêmio, imagens, divulgação e site. Em 2010, a empresa E-cliente passou, também, a alojar o site e a atualizá-lo.

Em 2014, o prêmio recebeu uma nova denominação: “Prêmio Empresa Sustentável”, com o objetivo de conhecer e divulgar as ações de responsabilidade social e sustentabilidade das organizações da cidade.

As empresas interessadas em participar do 7º Prêmio Empresa Sustentável podem deixar o registro pelo telefone: 3417-1766, ramal 721 e 725, ou pelo e-mail: contato@escoladenegociosacipi.com.br (Disponível em <<http://escoladenegociosacipi.com.br/programas/premio-empresa-sustentavel.html>>, acessado em 30/11/2015)

Sobre o Viveiro Municipal: é um local onde são produzidas boa parte das mudas disponibilizadas para plantio em áreas verdes, sistemas viários, praças, parques, calçadas, etc. – aliás, os números dão conta que são produzidas cerca de 180.000 mudas por ano.

Com a criação do Programa Mais Verde pela SEDEMA (Secretaria de Defesa do Meio Ambiente), foi triplicado o número de árvores da cidade. O programa escolhe as espécies adequadas para cada local e executa o plantio das mudas. Esse programa possui vários subprogramas:

- **Impacto Verde:** com a criação de novas áreas verdes, em curto espaço de tempo são plantados grande número de mudas.

- **Adote uma área:** o projeto incentiva a adoção de áreas verdes públicas por empresas, associações, organizações não governamentais, cidadãos comuns, etc.

- **Plantio em áreas de proteção permanente (APPs):** Mudas produzidas no viveiro municipal são doadas aos proprietários rurais para que se recupere as matas ciliares (foram plantadas 350 mil mudas em 6 anos em beiras de córregos, sítios, fazendas e outros.

Afim de orientar e normalizar o plantio e manutenção das árvores em vias públicas, o município disponibiliza o Manual de Normas Técnicas de Arborização Urbana. A população pode solicitar o plantio de árvores em calçadas pelo Serviço de Informação à População⁵⁵.

Todas as informações inseridas neste tópico estão disponíveis no site da SEDEMA (Secretaria de Defesa do Meio Ambiente): <http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br>. O site oferece ainda dicas simples de cuidados com as árvores como: “evite pregar, cortar ou furar uma árvore” e ainda: “regue com regularidade as mudas em frente a sua casa”. A Secretaria além de doar (até 20 mudas para cada solicitação) e plantar, oferece ainda serviços de manutenção como a poda, substituição das árvores e autorização para corte das árvores.

De acordo com o site, o município possui cerca de 10 milhões de m² de áreas verdes públicas, em 2007 foi lançado o Programa Plante Vida, onde prevê que para cada criança nascida se plante uma árvore, assim o crescimento das áreas verdes será proporcional ao crescimento populacional, sendo que a adesão dos pais é voluntária e o programa conta com a adesão de quase 100% dos pais, a sugestão é feita na Maternidade pelos parceiros da Secretaria e os pais que vão até o viveiro retirar as mudas recebem toda a orientação para a escolha da espécie, plantio e cuidados que deverão ter com a árvore.

Piracicaba, neste contexto pesquisado e apresentado, mostra também ter um SIEMACO/Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores na Limpeza Urbana e Áreas Verdes de Piracicaba e Região (<<http://www.siemacopiracicaba.com.br/capa.asp?p=295>>), que congrega um sindicato específico para quem trabalha com áreas verdes (o SINDVERDE, <<http://www.siemacopiracicaba.com.br/capa.asp?pi=principal>>), pondo em relevo que a visão a respeito dos trabalhos de manutenção e conservação de áreas verdes está deixando de ser contemplado com os olhos do amadorismo simplista.

Figura 12: Vista aérea do Engenho Central, às margens do Rio Piracicaba. Foto: Christiano Diehl Neto.



Fonte: <http://ipplap.com.br/site/projetos/>, acesso em 15/10/2015.

Figura 13: Vista aérea do Parque e da Rua do Porto. Ao fundo, área central. Foto: Justino Lucente.



Fonte: <http://ipplap.com.br/site/projetos/>, acesso em 15/10/2015.

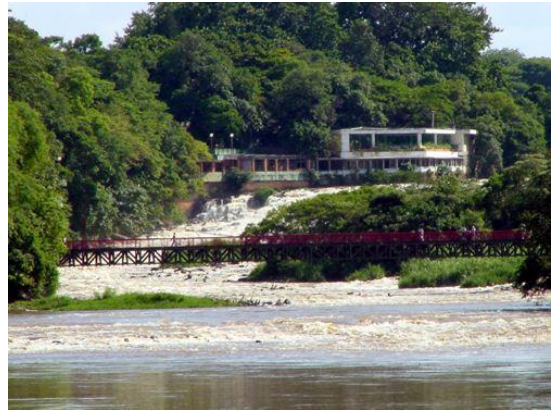
⁵⁵ Disponível em: <http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/?pag=texto&id=18>, acesso em 14/10/2015.

Figura14: Vista aérea de Piracicaba. Em primeiro plano a Chácara Nazareth, uma das mais antigas edificações da cidade. Ao fundo, o centro da cidade. Foto: Christiano Diehl Neto.



Fonte: <http://ipplap.com.br/site/projetos/>, acesso em 15/10/2015.

Figura15: Salto do Rio Piracicaba. Ao fundo, Passarela Pênsil e Restaurante Mirante. Foto: Justino Lucente.



Fonte: <http://ipplap.com.br/site/projetos/>, acesso em 15/10/2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já mencionado, Itapetininga é o terceiro maior Município do Estado de São Paulo em área territorial, sendo que grande parte do mesmo refere-se à área rural e mesmo a área urbana preserva fortes características de cidade do interior, porém tem passado por um período de desenvolvimento acelerado nos últimos 10 anos, desenvolvimento este reconhecido pelo número elevado de novos condomínios espalhados pela cidade já construídos e em projeto de construção, demonstrando também que a preocupação com a segurança tem permeado o seio das famílias residentes.

Crescimento também visível quando se observa o crescimento no número de veículos automotores que segundo o Jornal G1 do dia 15/09/2015, atualmente há 1 veículo para cada 2 habitantes do Município⁵⁶. Na economia destaca-se nacionalmente por sua produção agrícola, pecuária e silvícola, contendo também algumas indústrias conhecidas a nível nacional.

Com o crescimento da área urbana do Município diminui-se drasticamente o número de áreas verdes disponíveis, o que tem prejudicado a qualidade de vida da população, reconhecendo o problema o Município tem procurado aderir a programas estaduais e nacionais, além de formular propostas próprias para amenizar ou até sanar.

Apesar do aparente crescimento acelerado (verificado, sobretudo, na questão populacional), o Município possui um elevado número de famílias pobres que são auxiliadas por programas assistenciais principalmente do Governo Federal (que aumenta impostos e cria programas, mas não garante a dignidade de empregos com salários condignos), tais como Bolsa-Família. Segundo o Jornal Correio de Itapetininga do dia 26/07/2013, o mesmo cresceu 125% em seus nove anos de existência em Itapetininga (em 2005 eram 2800 beneficiados passaram a ser 6294)

⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2015/09/com-um-veiculo-cada-2-habitantes-itapetininga-tenta-solucoes-no-transito.html>, acessado em 26/11/2015.

⁵⁷, injetando R\$ 11 milhões/ano na economia do Município. Mesmo assim, segundo o censo em 2010, 27% dos munícipes viviam com renda per capita menor do que meio salário mínimo necessitando de medidas urgentes para o combate da subnutrição⁵⁸.

Com o crescimento populacional e a migração dos habitantes do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida, as áreas urbanas dos Municípios vão-se reorganizando (mas nem sempre se estruturando de modo adequado) diariamente, e a maior parte destas pessoas (por serem de baixa renda) muitas vezes se instalam em locais impróprios, ou com pouco ou nenhum planejamento estratégico e urbano, muitas vezes locais de risco para sua integridade física (morros, margens de rios, locais sem saneamento, etc.), ou para a conservação do meio ambiente (desmatamento, poluição do solo e rio, terrenos irregulares, assoreamento de rios). E até mesmo ocupação irregular de terrenos como o que em 2015 se viu no Jardim Dayse (Itapetininga) ⁵⁹, terrenos pertencentes ao DER/Departamento de Estradas e Rodagens (que tomou judicialmente e demoliu sumariamente todas as casas nele instaladas havia mais de dez anos irregularmente), situações que evidenciam as disparidades socioeconômicas do Município.

Apesar de ainda existirem situações de risco, atualmente pode-se observar que estas diminuíram muito com o aumento do número de moradias (casas, sobrados e pequenos prédios) de menor valor oferecidos pela CDHU/Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano às populações de baixa renda.

E também, apesar da aparente falta de organização, planejamento e estruturação, o Município tem crescido e se desenvolvido, nas áreas da educação e economia nos últimos anos fato que tem sofrido com a interferência negativa da crise econômica atualmente instalada no Brasil e Mundo, com isto nos últimos

⁵⁷ Disponível em: <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/40391/bolsa-familia-injeta-na-cidade-mais-de-11-milhoes-por-ano>, acessado em 26/11/2015.

⁵⁸ Disponível em: <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/38286/candidatos-expoem-solucoes-para-combate-a-pobreza>, acessado em 26/11/2015.

meses tem ocorrido um número preocupante de demissões e cortes a pretexto de contenção de despesas (em todas as áreas).

Assim, pode-se dizer que a preocupação na busca das comodidades advindas do desenvolvimento, cresce também a preocupação com a qualidade de vida proporcionada com a boa convivência com o meio ambiente, como já mencionado neste trabalho, atualmente estão disponíveis projetos, propostas e orientações para que a população tenha conhecimento e condições para esta boa convivência.

Para que se facilite a organização do território municipal, recorre-se a confecção e atualização de planos diretores. Conforme BRASIL, 2002, p. 40, *Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano.*

Com o intuito de auxiliar os municípios na elaboração e melhor planejamento de seus planos diretores o governo do Estado de São Paulo lançou em 2005 o Plano Diretor Passo a Passo⁶⁰:

De fato, é a Administração Municipal que deve se transformar e se modernizar para enfrentar a nova realidade. E têm também maiores responsabilidades legais: de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de julho de 2001), que, por sua vez, atende à determinação da Constituição de 1988, cabe aos municípios com mais de 20 mil habitantes a obrigatoriedade de elaborar seu Plano Diretor. MOREIRA et al, 2005, p. 7

O Plano Diretor de 2015 do Município de Itapetininga⁶¹ se diferencia do anterior⁶² pela preocupação com o desenvolvimento sustentável e também com o destino do lixo produzido pelos munícipes, demonstrando uma preocupação maior

⁵⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2013/06/familias-recebem-ordem-de-despejo-de-terreno-invadido-em-itapetininga.html>>, acessado em 26/11/2015.

⁶⁰ Disponível em: http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_diretor_passo_a_passo.pdf, acessado em 17/02/2016.

⁶¹ Disponível em: <file:///C:/Users/User/Videos/Downloads/2015_4_Anexo_II_-_TP04.2015_-_Lei_Complementar_85-2015_Plano_Diretor_de_Itapetininga.pdf>, acessado em 17/02/2016.

⁶² Disponível em: < <http://www.itapetininga.sp.gov.br/doc/7/planodiretortextofinal.pdf>>, acessado em 17/02/2016.

com a questão da conservação do meio ambiente. Conforme informação do Jornal Correio de Itapetininga de 13/06/2014⁶³:

Itapetininga é uma das 54 cidades no Estado de São Paulo que apresentam aterro sanitário inadequado ou ainda utilizam lixões. Isso representa 8,4% do total de 645 municípios paulistas, conforme dados da Companhia Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Essas cidades possuem um ano para regularizar a situação, conforme prevê o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A cidade possui um lixão controlado.

Abordando também questões referentes à drenagem e permeabilidade do solo, pois enchentes são recorrentes nesta região.

O Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável⁶⁴, com vigência de 2011 a 2014, demonstra a preocupação com a ocupação e utilização racional dos espaços de inclusive destacando o dinamismo do plano que deverá passar por atualizações constantes:

O Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PRDRS de Itapetininga é resultante da necessidade de promover ações integradas dos diversos segmentos voltados ao desenvolvimento agropecuário regional, considerando as necessidades, os anseios e expectativas, de maneira que possa ser executado de forma racional, considerando aspectos como prioridades, prazos, indicadores e resultados esperados. Deve-se considerar que este plano é dinâmico, devendo sempre ser discutido e avaliado.

A constante preocupação com a preservação do meio ambiente reflete o aumento na disseminação da informação a respeito, quanto mais informado, mais preparado para o combate aos abusos.

O Município de Piracicaba, como mencionado tem demonstrado um bom relacionamento com o meio ambiente assessorado por órgãos como a SEDEMA⁶⁵

⁶³ Disponível em:< <http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/43428/transbordo-do-lixo-e-feito-sem-licenca%20%E2%80%9D>>, acessado em 17/02/2017.

⁶⁴ Disponível em: http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/17_06_10_2011_PRDRS%20Itapetininga.pdf>, acessado em 17/02/2016.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/index.php>, acessado em: 25/02/2016.

que através do NEA (Núcleo de Educação Ambiental)⁶⁶ com uma equipe de educadores ambientais atuando desde 1996 na Secretaria Municipal de defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) apontando entre seus objetivos “o planejamento e execução de projetos, programas e intervenções de Educação Ambiental”, visando à obtenção de resultados relativos a questões ambientais, recursos hídricos e Biodiversidade⁶⁷.

Principais ações:

Monitoria de visitas a grupos previamente agendados ao Parque do Mirante e Zoológico Municipal.

Visitas orientadas ao Parque do Mirante e Zoológico Municipal no Programa Cultura é Currículo – Projeto “Lugares de aprender: a escola sai da escola”.

Aviário (Zoológico Municipal) - Campanha Permanente contra o Tráfico de Animais Silvestres e Manutenção de Animais Silvestres em Cativeiro.

Palestras e intervenções em escolas e grupos comunitários. Planejamento e desenvolvimento do ANIMAFÉRIAS - Curso de Férias no Zoológico Municipal de Piracicaba.

Apoio em ações e programas para destinação adequada de diferentes resíduos: Coleta Seletiva, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, óleo de cozinha, remédios vencidos, pneus e entulhos.

Apoio no Programa de Arborização Urbana da SEDEMA.

Projeto “Rio Vivo” - fase de diagnóstico e planejamento.

Participação na comissão de construção da Lei 6.922/2010 - PMEA – Política Municipal de Educação Ambiental.

Participação no grupo de discussão sobre o Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Participação na edição de cartilhas voltadas a temas ambientais - “Meio Ambiente, cuidando ele fica inteiro”; “Repensando os processos de educação ambiental no ensino básico”; “De olho na bacia”.

Parceria com Diretoria de Ensino/ Região Piracicaba, Esalq/USP, USP - Recicla e Secretaria Municipal de Educação, o NEA ministra cursos de formação de Professores

Participação: Coletivo Educador Piracicauá, Rede Bem Estar Animal, Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CT-EA/CBH-PCJ)

Apoio na organização de eventos: SIMAPIRA – Semana Integrada de Meio Ambiente de Piracicaba e a I Exposição Ambiental de Piracicaba⁶⁸.

Quando se observa os espaços naturais disponíveis, tanto de um como de outro Município (Itapetininga/Piracicaba), verificam-se os resultados dos esforços da sociedade na obtenção de melhor qualidade de vida e melhoria na relação com o meio ambiente.

⁶⁶ Disponível em: <<http://neasedema.wix.com/educacaoambiental>>, acessado em: 25/02/2016.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/?pag=texto&id=16>, acessado em: 25/02/2016.

Conclui-se, portanto, que:

- a qualidade de vida de uma população, se boa ou ruim, é consequência do nível de responsabilidade que ela cultiva com relação à natureza e meio ambiente;
- o uso responsável do espaço geográfico disponível, determina por quanto tempo ele ainda poderá ser utilizado com qualidade de vida;
- a urbanização não é desculpa para que espaços de áreas verdes sejam destruídos de forma irreversível;
- há a possibilidade de se aliar desenvolvimento urbano e respeito à natureza;
- a melhor forma de se evitar o prejuízo com relação ao relacionamento da população com a natureza é a instrução devida desde a mais tenra idade, projetos sérios no sentido de incentivar a comunidade ao respeito e convivência com a mesma e fiscalização intensiva nesse sentido.

Aliás, nesse sentido também cabe ainda destacar que:

Ao se analisar o processo de organização do espaço pela sociedade, a grande dificuldade é entender que a sociedade é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Assim ela destrói a natureza primitiva, dentro de suas condições possibilitadas pela natureza, mas ao mesmo tempo, a natureza primitiva se reconstitui em forma de uma segunda natureza, diferente da primeira. E a sociedade, ao mesmo tempo em que constrói, dialeticamente destrói e se prepara para uma nova reconstrução dentro de determinados objetivos, que não serão integralmente atingidos de vez que, à proporção que se processa a transformação, os objetos vão também se modificando. (SANTOS ET AL, 1997, pp. 25).

E que, nesta linha de pensamento, não se defende a transformação de espaços naturais em santuários ditos “ecológicos”, mas, sim, defende-se o desenvolvimento da mentalidade do uso responsável dos mesmos.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/?pag=texto&id=16>>, acessado em 25/02/2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **ACIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO**. Desmanchando consensos. 3.^a Edição. Petrópolis, Vozes, 2002.

BELMONTE. **No tempo dos bandeirantes**. Prefácio de Leonardo Arroyo. Edição fac-similada. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1980. Coleção Paulística, v. 20.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de. **Cidade: Espaço da Cidadania**. Texto publicado originalmente em: GIOMETTI, Analúcia B. R.; BRAGA, Roberto (orgs.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Ensino de Geografia**. São Paulo: UNESP-PROPP, 2004 (páginas 105 a 120).

BRUNO, E. S. **História do Brasil** – Geral e Regional. Volume V. São Paulo e o Sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). São Paulo, Editora Cultrix, 1967.

FREITAS, A. A. de. **Vocabulário Nheengatu** (1936). Brasileira eletrônica. Disponível em <<http://www.brasiliana.com.br/obras/vocabulario-nheengatu/texto>>. Acessado em 22 de julho de 2015.

CARLOS, A. F. A. **O ESPAÇO URBANO: NOVOS ESCRITOS SOBRE A CIDADE**. São Paulo, Edição Eletrônica/LABUR, 2007.

CARVALHO, E. Brasil teve 70% mais queimadas em 2014 que no ano anterior, indica Inpe. Do G1, em São Paulo. Natureza. Disponível em <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/10/brasil-teve-70-mais-queimadas-em-2014-que-no-ano-anterior-indica-inpe.html>> (17/10/2014 13h21 - Atualizado em 17/10/2014 14h21), acessado em 22/07/2015.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra Brasil: Proposta de Governo**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CORREA, R. L. **O que é o espaço Urbano?** São Paulo, Ática, 1993- 1994, p. 1 a 10.

CORRÊA, R. L. **ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: DIMENSÕES, PROCESSO, FORMA E SIGNIFICADOS**. Rio Claro, v. 36, Número Especial, p. 7-16, jan. 2011.

COZZA, I. C. **Estimativa da carga de exposição diária a material particulado em indivíduos expostos a poluição ambiental de origem veicular**. São Paulo: USP, 2013. Tese (Doutorado) – Programa de Pneumologia, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DONATO, H. **Achegas para a História de Botucatu**. 3. ed. reescrita. Botucatu. Edicon – Editoria e Consultoria Ltda., 1985.

EMERIQUE, L. P.; BERNARDINETTI, N. A GÊNESE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA – SP. Porto Alegre, Anais do XVI Congresso Nacional de Geógrafos. 2010. (Disponível em < file:///C:/Users/administrador/Downloads/download(1400).PDF>, acessado em 30/11/2015).

FAUSTO, C. “Da Inimizade”. In NOVAES, A. **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

FIGUEIROA, J.C. **BOTUCATU** – O NOME, nossa história. Um estudo do significado dos vocábulos Tupis que deram origem ao nome Botucatu. São Paulo: Editora Frase, 1993.

FRANCO, J. Queimadas são proibidas em Piracicaba. iG Paulista - 04/09/2013 - 09h52. Disponível em <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2013/09/ig_paulista/96732-queimadas-sao-proibidas-em-piracicaba.html>, acessado em 22/07/2015.

GALVÃO JÚNIOR, A. Itapetininga e sua história. São Paulo: Gráfica Biblos Ltda., 1956.

GASPAR, L. (Bibliotecária da Fundação Joaquim Nabuco). Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=890:queimadas-no-brasil&catid=51:letra-q&Itemid=1>, acessado em 22/07/2015.

HARVEY, D. **ESPAÇOS URBANOS NA “ALDEIA GLOBAL”: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO URBANA NO CAPITALISMO NO FINAL DO SÉCULO XX**. Conferência proferida no Primeiro Congresso Pan-Americano de Arquitetura, Ouro Preto MG, 24 set. 1992. Publicada nos Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, - n.1, ago. 1994.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Publicado no livro Qualidade de Vida e Riscos Ambientais, Selene Herculano et al. (org.). Niterói: Eduff, 2000.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo, Centauro, 5.^a edição, 2008.

LIPAI, Eneida Maekawa; LAYRARGUS, Philippe Pomier; PEDRO, Viviane Vazzi. **Vamos cuidar do Brasil. Conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola**. Brasília, Grupo Editorial UNESCO, 2007. Educação ambiental na escola: tá na lei... (páginas 16-35).

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

MARCHIORO, M. Censos de índios na capitania de São Paulo (1798-1803). Comunicação de pesquisa apresentada na 25.^a Reunião Brasileira de Antropologia, 2006.

MARICATO, C. **Educação Ambiental: Conceitos e princípios**. Belo Horizonte, FEAM, 2002.

MIRANDA, E. E. de. **Natureza, Conservação e Cultura**. Metalivros/Dash Editora, São Paulo. 2003.

MOLINA, R. S. As contribuições de Luiz de Queiroz aos 110 anos da Esalq/USP. Revista do Instituto Histórico Geográfico de Piracicaba, pp. 91-96, edição 118, ano 2011. Disponível em <http://issuu.com/ihgp/docs/revista_ihgp_18/116>, acessado em 29/11/2015.

MORENO, L. M.; OYEYINKA, O.; MBOUP, G.. **Estado das cidades do mundo 2010/2011 unindo o urbano dividido. Resumo e principais constatações**. Brasília, Editoração e Publicação – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2014.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. São Paulo. Global. 2013.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**. (pág. 20). Curitiba, Edição do Autor, 2008.

PENA, Sérgio D. J.; CARVALHO-SILVA, D. R.; ALVES-SILVA, J., PRADO, V. F. Retrato Molecular do Brasil. Ciência Hoje, vol. 27, n. 159., pp. 17-25, abril, 2000.

PFROMM NETTO, Samuel, 1932-2012. **Dicionário de Piracicabanos** / Samuel Pfromm Netto. — 1. ed. — São Paulo: PNA, 2013.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço**. Problemática ambiental urbana. (pág. 107). São Paulo, Editora Contexto, 2012.

ROMANELLI, T. **Luiz de Queiroz**. Quinto filho do Barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz), Luiz de Queiroz nasceu em 12 de junho de 1849. Publicado em 24/09/2012 às 9:00 na seção Memorial Piracicaba – Gente Nossa. A Província. Disponível em <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/gente-nossa/luiz-de-queiroz/>>, acessado em 29/11/2015.

SAMPAIO, S. S. **Geografia Industrial de Piracicaba: um exemplo de interação indústria-agricultura**. São Paulo. IGEOG-USP. 1976.

São Paulo (Estado), Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Projeto de Lei Complementar n.º 51/2014. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1241789>>, acessado em 22/07/2015.

SANTOS, M. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo, Hucitec, 1988.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. **O MAPA DO MUNDO. NATUREZA E SOCIEDADE DE HOJE: UMA LEITURA GEOGRÁFICA**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. 3ª Edição.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 4.ª Edição.

Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento. **Itapetininga: Guia de Infraestrutura**. Secretaria do Gabinete. 1991. Disponível em: http://www.itapetininga.sp.gov.br/doc/paginas/itapetininga_gui.pdf, acessado em: 28/11/2014.

SERRANO, Célia (org.). **A Educação pelas Pedras: Ecoturismo e Educação Ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000.

SILVÉRIO et al. **Parque Municipal São Francisco de Assis**. Grupo de Espeleologia Laje Seca. Itapetininga, 2005. 2.ª Edição. Disponível em: http://www.profmarcelo.com.br/artigos/projeto_mato_seco.pdf, acessado em: 22/06/2015.

TEIXEIRA, D. C. F.; AMORIM, M. C. C.. **ESTUDO DO CLIMA URBANO A PARTIR DA ANÁLISE DA TEMPERATURA DA SUPERFÍCIE EM PIRACICABA-SP**. 2011. Disponível em < <http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/2011-urbana/Danielle%20Frasca.pdf>>, acessado em 30/11/2015.

TUAN, Yu-fu. Topofilia. **Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo, Difel, 1974.

VIEIRA, Rogich. A Feira de Muare em Sorocaba. In: BONADIO, Geraldo. **O Tropeirismo e a formação do Brasil**. Sorocaba, Academia Sorocabana de Letras/Fundação Ubaldino do Amaral, 1984.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

<http://cidade3d.blogspot.com.br/2013/03/lancamentos-loteamentos-em-itapetininga.html>, acessado em: 11/10/2014.

<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>, acessado em: 30/04/2014.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2012/02/parque-municipal-sao-francisco-esta-abandonado-em-itapetininga-sp.html>, acessado em: 23/06/2015.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/01/parque-sao-francisco-continua-fechado-em-itapetininga.html>, acessado em: 23/06/2014.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2014/12/parque-municipal-sao-francisco-de-assis-segue-fechado-em-itapetininga.html>, acessado em: 23/06/2015.

http://www.legal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Yuri-Angela-Renato-Jose.pdf, acessado em: 21/08/2014.

http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=73030&tipo_norma=DEC&data=19731030&link=s, acessado em: 30/04/2014.

<http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/23613/Planejamento-urbano-sera-redefinido>, acessado em 11/10/2014.

<http://portal.correiodeitapetininga.com.br/noticia/ver/41363/pib-agropecuário-e-o-primeiro-do-estado-diz-ibge>, acessado em: 09/12/2014.

<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/noticia/26364/%E2%80%98largo-dos-amores%E2%80%99-passa-por-revitalizacão-completa>, acessado em: 11/10/2014.
<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/sobre/1204/historia-de-itapetininga>, acessado em 23/06/2015.

<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/por-voce/1743/Sustentabilidade>, acessado em: 28/05/2014.

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental.pdf>, acessado em: 30/04/2014.

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/educacaoambiental_naescola.pdf, acessado em: 29/04/2014.

<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/conama39207.pdf>, acessado em: 06/05/2014.

<http://www.dicionariodoaurelio.com/Cidadao.html>, acessado em: 25/04/2014.

<http://www.dicionariodoaurelio.com/Cidade.html>, acessado em 24/04/2014.

<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=202>, acessado em: 28/04/2014.

http://www.fcw.org.br/v3/images/galeria/doc_13_13.pdf, acessado em: 01/12/2015.

<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes>, acessado em: 06/04/2014.

<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>, acessado em: 30/04/2014.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>, acessado em 28/04/2014.

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_08/Reg08_Itapetininga.htm, acessado em 11/12/2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm, acessado em: 30/04/2014.

<http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/qualidade%20ambiental%20urbana.htm>, acessado em: 21/08/2014.

<http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/?pag=texto&id=16>, acessado em 28/05/2014.

<http://www.sedema.piracicaba.sp.gov.br/?pag=texto&id=18>, acesso em 14/10/2015.

<http://www.semob.piracicaba.sp.gov.br/arquivos/Legislacao/Municipal/Arborizacao%20Urbana/Manual%20de%20Arborizacao.pdf>, acessado em 14/10/2015.

<http://sedema.wix.com/sedema>, acessado em 14/10/2015.

http://media.wix.com/ugd/9804b1_dd01582425df483faae63e10868ada0e.pdf, acessado em 14/10/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=-ALq92vvSyY>, acessado em 23/06/2015.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352230&idtema=130&search=sao-paulo%7Citapetininga%7Cestimativa-da-populacao-2014->, acessado em 29/06/2015.

http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_diretor_passo_a_passo.pdf, acessado em 17/02/2016.

<http://portal.itapetininga.sp.gov.br/servico/1225/plano-diretor>, acessado em 17/02/2016.

Disponível em: < <http://www.itapetininga.sp.gov.br/doc/7/planodiretortextofinal.pdf>>, acessado em 17/02/2016.

Disponível em: < http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_cr/17_06_10_2011_PRDRS%20Itapetininga.pdf>, acessado em 17/02/2016.